

1966 | 2016

UEPB



PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

DIREITO

Campus I

BACHARELADO

Campina Grande (PB)

2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
DIREITO**

BACHARELADO

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

MARCONI DO O CATAO

FLAVIA DE PAIVA MEDEIROS DE OLIVEIRA

ANA ALICE RAMOS TEJO SALGADO

RAISSA DE LIMA E MELO

ANDREA DE LACERDA GOMES

PAULO ESDRAS MARQUES RAMOS

Campina Grande (PB)

Dezembro, 2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Reitor: Prof. Dr. Antônio Guedes Rangel Junior

Vice-Reitor: Prof. Dr. José Ethan de Lucena Barbosa

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO - PROGRAD

Pró-Reitor: Prof. Dr. Eli Brandão da Silva

Pró-Reitora Adjunta: Profa. Dra. Maria do Carmo Eulálio

COORDENAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Profa. Dra. Silvana Cristina dos Santos

Tec. Me. Alberto Lima de Oliveira

Tec. Kátia Cilene Alves Machado

Tec. Me. Marcos Angelus Miranda de Alcantara

Copyright © 2016 EDUEPB

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui a violação da Lei nº 9.610/98. A EDUEPB segue o acordo ortográfico da língua portuguesa em vigência no Brasil a partir de 1º de janeiro de 2016.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BC/UEPB

U58p	Universidade Estadual da Paraíba. Projeto Pedagógico de Curso PPC: Direito (Bacharelado) / Universidade Estadual da Paraíba CCJ ; Núcleo docente estruturante. Campina Grande: EDUEPB, 2016. 127 f. ; il. Contém dados do corpo docente. 1. Ensino superior. 2. Projeto pedagógico. 3. Organização curricular. 4. Política institucional. I. Título. 21 ed. CDD 378.101 2
------	---

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua das Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande - PB - CEP 58429-500

Fone/Fax: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.edu.br> - e-mail: eduepb@uepb.edu.br

SUMÁRIO

01. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES	4
02. APRESENTAÇÃO	23
03. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	24
04. BASE LEGAL	25
05. CONCEPÇÃO E JUSTIFICATIVA	26
06. OBJETIVOS	31
07. PERFIL DO EGRESSO	33
08. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	35
09. METODOLOGIA, ENSINO E AVALIAÇÃO	41
10. DIMENSÃO FORMATIVA	44
11. INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR	47
12. PLANO DE INTEGRALIZAÇÃO	48
13. QUADRO DE EQUIVALÊNCIAS	61
14. EMENTAS	65
15. REFERÊNCIAS	108
16. CORPO DOCENTE	110
17. INFRAESTRUTURA	126

01. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 UEPB

a) Nome da Mantenedora

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

b) Nome e Base legal da IES

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB), CNPJ 12.671.814/0001-37, com sede situada na Rua Baraúnas, 351, Bairro Universitário, em Campina Grande - PB, é uma autarquia estadual integrante do Sistema Estadual de Ensino Superior. A UEPB possui oito câmpus localizados nas cidades de Campina Grande (Câmpus I), Lagoa Seca (Câmpus II), Guarabira (Câmpus III), Catolé do Rocha (Câmpus IV), João Pessoa (Câmpus V), Monteiro (Câmpus VI), Patos (Câmpus VII), e Araruna (Câmpus VIII); e dois museus: O Museu de Arte Popular da Paraíba (MAPP) e o Museu Assis Chateaubriant (MAC).

A Instituição foi criada pela Lei nº 4.977, de 11 de outubro de 1987, regulamentada pelo Decreto nº 12.404, de 18 de março de 1988, modificado pelo Decreto nº 14.830, de 16 de outubro de 1992; tendo sido resultado do processo de estadualização da Universidade Regional do Nordeste (Furne), criada no município de Campina Grande (PB) pela Lei Municipal nº 23, de 15 de março de 1966. No decreto de 06 de novembro de 1996, publicado no Diário Oficial da União de 07 de novembro de 1996, a Universidade Estadual da Paraíba foi credenciada pelo Conselho Federal de Educação para atuar na modalidade *multicampi*.

A UEPB goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, de acordo com a Constituição Federal e a Constituição Estadual. A organização e o funcionamento da Universidade Estadual da Paraíba são disciplinados pelo seu Estatuto e seu Regimento Geral, submetidos à aprovação pelo Conselho Estadual de Educação e à homologação pelo Governo do Estado e complementados pelas resoluções dos seus órgãos de deliberação superior, de acordo com a legislação em vigor.

c) Dados socioeconômicos e socioambientais

O Estado da Paraíba abriga população de 3,9 milhões de habitantes em uma área de 56.469,778 km² (70 hab./km²). Cerca de um terço dessa população se concentra na Mesorregião da Mata Paraibana (253 hab./km²) onde se localiza a capital do Estado, João Pessoa. Outro terço vive na Mesorregião do Agreste, principalmente em Campina Grande, a segunda cidade mais populosa do Estado. E, nas Mesorregiões da Borborema e no Sertão, vivem cerca de um milhão de pessoas. A zona urbana concentra 75% da população, que é bastante endogênica. Segundo o censo demográfico de 2010, 92% da população era nascida no próprio estado. Dos 223 municípios do Estado, apenas quatro possuem população superior a cem mil habitantes (João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita e Patos) e 63 municípios têm entre dois a cinco mil habitantes apenas. Com isso, verifica-se que a faixa litorânea e o agreste paraibano concentram 75% da população em centros urbanos, enquanto o restante se distribui de forma bastante fragmentada e dispersa nas mesorregiões da Borborema e Sertão.

As principais atividades econômicas do Estado são a agricultura com a cultura de cana-de-açúcar, abacaxi, mandioca, milho e feijão; a indústria alimentícia, têxtil, de açúcar e álcool; a pecuária e o turismo. Entretanto, segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento de 2013, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado da Paraíba é de 0,658, um dos mais baixos no Brasil. O índice de educação é de 0,555; de longevidade 0,783 e de renda, 0,656, maiores apenas em relação aos Estados do Piauí, Pará, Maranhão e Alagoas. Praticamente 60% da população vive na pobreza com índice *Gini* de 0,46; dependendo de programas governamentais de distribuição de renda, como Bolsa Família. No censo demográfico de 2010, 53% dessa população se autoidentificou como parda, 40% como branca, 5% como afrodescendente e apenas 0,001% como indígena. Ao todo, 74% se declarou católica e 15% protestante (evangélicos). As religiões de origem africana (candomblé e umbanda) são seguidas por menos de 0,05% da população paraibana. Na região litorânea, existem 26 aldeias de descendentes dos índios potiguaras, localizadas principalmente nos municípios de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto.

Mais da metade do território paraibano é formado rochas antigas do período

Pré-Cambriano (2,5 bilhões de anos atrás). Exceto pela faixa litorânea, 98% do território está localizado na região do Nordeste Semiárido, inseridos no polígono das secas, cuja principal característica são as chuvas escassas e irregulares. Na Paraíba, existem onze bacias hidrográficas, sendo a maior delas a do Rio Piranhas. Os principais reservatórios de água na Paraíba são barragens e açudes, como o Açude Mãe d'Água e Açude de Coremas; e o Açude de Boqueirão.

Nos últimos cinco anos se verificou no Nordeste brasileiro enormes prejuízos derivados do fenômeno de “El Niño”, que acentuou o ciclo de seca e teve grave impacto sobre setores da economia. A redução alarmante dos volumes de água dos açudes e das chuvas acarretou perda de produção agropecuária, encarecimento e redução da oferta de energia elétrica, e comprometimento do abastecimento de água para a população. Na região do Semiárido paraibano, a vulnerabilidade hídrica é, sem dúvida alguma, um dos principais, ou talvez o principal, desafio a ser enfrentado pela sociedade nos próximos anos.

O contexto social, ambiental e econômico do Nordeste Semiárido se apresenta de forma complexa e se caracteriza por diversas variáveis climáticas, geomorfológicas e também pela ação antrópica predatória. Consequentemente, todas essas variáveis são acentuadas pela ausência de políticas públicas baseadas no desenvolvimento sustentável, intensificando as vulnerabilidades. A ausência de políticas de manejo efetivo da seca contribui para ampliar as desigualdades sociais, conflitos e desarticular as cadeias produtivas.

É possível constatar que, no Estado da Paraíba, a redução da vulnerabilidade de crianças, adolescentes e jovens está também associada ao acesso à educação de qualidade. Segundo dados do Plano Estadual de Educação, das crianças de 0 a 3 anos de idade, cerca de 11% são atendidas em creches, percentual que se eleva para 78% na faixa etária de 4 a 6 anos. Verifica-se também, nesse cenário, lacuna em relação ao acesso de crianças de 0 a 6 anos à Educação pública, gratuita e de qualidade; bem como a demanda por formação de professores para atuarem nesse segmento.

Em relação ao Ensino Fundamental, verifica-se taxa de escolarização da ordem de 98% com 20% de reprovação e 5% de abandono, e cerca de 70% dos ingressantes concluem essa etapa de ensino. Segundo o Plano Estadual de Educação (PEE), alguns dados indicam que o domínio da linguagem oral e escrita é

o principal fator de risco para repetência e evasão do sistema, cuja métrica é uma das piores do país. Sem esse domínio, o estudante não é capaz de entender e fazer uso do material didático ao qual tem acesso. Parte desses resultados pode ser explicada pela má formação técnico-científica dos professores e a existência de uma cultura de personificação da gestão escolar, reduzindo as potencialidades da gestão colegiada, do diálogo e da formação em serviço nas escolas. Disso decorre a necessidade de inovação didático-pedagógica nos processos de ensino-aprendizagem e há que se considerar a necessidade de formar melhor os profissionais para gestão de sala de aula e a gestão nas escolas, valorizando o trabalho coletivo e as decisões colegiadas.

A Rede Estadual de Ensino concentra cerca de 80% das matrículas de jovens no Ensino Médio. Dos jovens paraibanos na faixa etária de 15 a 17 anos que estão na escola, apenas 15% estão matriculados no Ensino Médio, evidenciando que significativa clientela potencial dessa etapa de ensino encontra-se em outros níveis, principalmente no Ensino Fundamental.

Nos últimos quinze anos, houve um crescimento da oferta de vagas no Educação Superior e no número de instituições que atuam neste nível no Estado. Observe-se que, em 2003, a Paraíba contava com 24 instituições de Ensino Superior. Atualmente, esse número cresceu para 42 instituições, contemplando, inclusive, os institutos federais e os Centros Universitários. Deste total, 04 são de natureza pública, e 38 de natureza privada. Neste cenário, a rede federal, na última década, ampliou significativamente suas estruturas físicas, assim como o número de novos cursos, por meio do programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Destaque-se, neste contexto, a extraordinária expansão da UEPB, que aumentou em 100% o seu número de câmpus e de vagas no Ensino Superior. Segundo o PEE, dentre a população de 18 a 24 anos, o percentual de matrículas (33.7%) é superior ao percentual nacional (30.3%) e ao regional (24.5%). No que se refere à Taxa de Escolarização Líquida ajustada na educação superior, a Paraíba (20.2%) apresenta dados positivamente diferenciados em relação ao cenário nacional (20.1%) e regional (14.2%).

d) Breve histórico da IES e das políticas institucionais

A UEPB completa, em 2016, seus 50 anos de atuação na formação de

recursos humanos de alto nível no Nordeste. Criada em 1966, estruturou-se a partir do agrupamento das Faculdades de Filosofia e de Serviço Social; Faculdade de Direito; de Odontologia, de Arquitetura e Urbanismo, de Ciências da Administração e de Química, constituindo a Universidade Regional do Nordeste (URNe). O financiamento da antiga URNe era público-privado, na medida em que os custos eram parcialmente cobertos pela prefeitura de Campina Grande e complementados com a mensalidade paga por seus estudantes. Docentes graduados e especialistas eram contratados em regime de dedicação parcial e a atividade se concentrava exclusivamente no ensino.

Nas décadas de 80 e 90, em consequência das dificuldades de financiamento e como resultado das reivindicações da Comunidade Acadêmica, a antiga URNe foi estadualizada em outubro de 1987 (Lei Estadual nº 4.977), recebendo todo o patrimônio, direitos, competências, atribuições e responsabilidades da URNe, em Campina Grande, bem como o Colégio Agrícola Assis Chateaubriand, em Lagoa Seca, tornando-se autarquia do Estado da Paraíba, de natureza pública e gratuita, passando a ser denominada “Universidade Estadual da Paraíba” ou UEPB. A partir dessa condição, a Instituição passou a implantar uma série de políticas de expansão, reestruturação e melhoria de sua infraestrutura. De modo que, em novembro de 1996, obteve o Credenciamento como Universidade junto ao Ministério da Educação (MEC).

Durante as décadas de 80 e 90 a atividade principal da UEPB esteve concentrada no Ensino Superior, especialmente na formação de professores e profissionais liberais. Entretanto, a partir da sua Estadualização e posterior Credenciamento junto ao MEC, deu início ao processo de expansão e interiorização criando novos câmpus e cursos, tendo o seu raio de ação sido ampliado pelo Brejo paraibano, ao receber a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarabira, em funcionamento desde o ano de 1966, e que veio a se tornar o Câmpus III, Centro de Humanidades (CH), que atualmente oferta os cursos de Licenciatura em História, Licenciatura em Língua Portuguesa, Licenciatura em Língua Inglesa, Licenciatura em Língua em Geografia, Licenciatura em Pedagogia e Bacharelado em Direito. No Sertão, agregou a Escola Agrotécnica do Cajueiro, em Catolé do Rocha, que depois veio a se tornar, em 2004, o Câmpus IV, Centro de Ciências Agrárias e Letras, ofertando também os cursos de Licenciatura em Letras e em Ciências Agrárias.

No Câmpus I, a UEPB até hoje concentra a maior parte dos seus Centros, em sua sede, tendo o CEDUC, que atualmente oferta os cursos de Licenciatura em Língua Portuguesa, Licenciatura em Língua Espanhola, Licenciatura em Língua Inglesa, Licenciatura em História, Licenciatura em Geografia, Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Filosofia, Licenciatura em Sociologia; CCSA, ofertando os cursos de Bacharelado em Serviço Social, Administração, Ciências Contábeis e Comunicação Social (Jornalismo); CCJ, ofertando o curso de Bacharelado em Direito; CCBS, ofertando os cursos de Bacharelado em Odontologia, Farmácia, Fisioterapia, Enfermagem, Educação Física, Ciências Biológicas e Licenciatura em Educação Física e Ciências Biológicas; CCT, ofertando os cursos de Bacharelado em Estatística, Computação, Química Industrial, Engenharia Sanitária e Ambiental, além de Licenciatura em Matemática, Química e Física.

A partir de 2005, em nova etapa de expansão, foram criados novos câmpus e cursos. O Câmpus II – CCAA, em Lagoa Seca, passou a ofertar, além do Curso Técnico em Agropecuária, o Curso de Bacharelado em Agroecologia. Foram criados o Câmpus V – CCBSA, em João Pessoa, que atualmente oferta os cursos de graduação em Ciências Biológicas, Relações Internacionais e Arquivologia; o Câmpus VI – CCHE, em de Monteiro, ofertando os cursos de Licenciatura em Matemática, Letras Espanhol, Letras Português e Bacharelado em Ciências Contábeis; o Câmpus VII – CCEA, em Patos, ofertando os cursos de Licenciatura em Ciências Exatas, Matemática, Física, Computação e Administração; o Câmpus VIII – CCTS, em Araruna, que oferta os cursos de Odontologia, Engenharia Civil, Licenciatura em Ciências da Natureza e Licenciatura em Física.

Até o final da década de 90, havia poucos docentes na UEPB com titulação de mestre e doutor, pouco financiamento para a pesquisa e a extensão, salários pouco competitivos e a Instituição enfrentava constantes e graves crises financeiras devido à precariedade dos recursos recebidos e à falta de regularidade no repasse do financeiro por parte do Estado.

Como resultado da permanente e intensa luta da comunidade acadêmica por garantia do financiamento, salários dignos, melhores condições de trabalho e ampliação da infraestrutura, em 2004, a UEPB conquista, com participação dos segmentos da UEPB, do Governo do Estado e da Assembleia Legislativa, a aprovação da Lei 7.643, que define o critério e a regularidade do repasse de

recursos do orçamento do Estado para a UEPB.

A partir de 2005, graças ao financiamento regular assegurado pela referida Lei, a Instituição pode estabelecer políticas e ações que permitiram sua expansão e interiorização, criar novos cursos de graduação e de pós-graduação, instalar bases de pesquisa, contribuindo muito para aumentar a excelência da formação de profissionais. Dentre as políticas implantadas no período, houve a aprovação da Lei 8.441 de 28/12/2007, que estabeleceu o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração – PCCR para docentes e pessoal técnico e administrativo da UEPB, valorização sem precedentes dos servidores, tornando mais dignos os salários.

Esse processo de expansão e interiorização exigiu a realização de vários concursos públicos para docentes e técnicos/administrativos e, conseqüente, contratação de docentes com perfil de pesquisa e técnicos com qualificação apropriada à nova realidade, o que permitiu alavancar a graduação, extensão e pesquisa, possibilitando a criação de programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Ao longo dos seus 50 anos de existência, a UEPB vem formando professores para Educação Básica e Educação Superior, profissionais em diferentes áreas e campos do conhecimento humano, em diferentes níveis e modalidades, mão de obra qualificada e necessária para alavancar o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e socioeconômico do Estado.

Atualmente, a UEPB oferta 56 cursos de graduação ativos, nas modalidades Presencial e A Distância. Desses, cinquenta e dois (52) são na modalidade Presencial, sendo vinte e nove (30) em Campina Grande (Campus I); um (01) em Lagoa Seca (Campus II); seis (06) em Guarabira (Campus – III); dois (02) em Catolé do Rocha (Campus IV); três (03) em João Pessoa (Campus V); quatro (04) Monteiro (Campus VI); quatro (04) em Patos (Campus – VII) e três (03) em Araruna (Campus - VIII), e o curso de Licenciatura em Pedagogia (PAFOR), ofertado em cinco (05) Pólos (Campina Grande, Guarabira, Monteiro, Patos, Catolé do Rocha). Na modalidade A Distância, a UEPB oferta quatro (04) cursos, com oito (08) turmas, sendo Letras (João Pessoa, Campina Grande), Geografia (Itaporanga, Catolé do Rocha, São Bento, Taperoá, Itabaiana, Pombal, Campina Grande e João Pessoa), Administração Pública (Campina Grande, João Pessoa, Itaporanga e Catolé do Rocha) e Administração Piloto (Campina Grande, João Pessoa, Catolé do Rocha e Itaporanga).

Em nível de graduação, portanto, a UEPB oferta anualmente, em cursos de Bacharelado e Licenciatura, por meio de diversos processos seletivos, quase seis (6.000) mil vagas regulares, das quais 50% são reservadas para estudantes egressos de escolas públicas. Metade da quantidade de cursos de graduação ofertados pela UEPB são licenciaturas, o que representa importante contribuição para a formação de professores aptos para atuar no ensino, principalmente, na Educação Básica, visto que cerca de 70% dos professores que atuam no Ensino Médio, embora licenciados, não o são na área em que atuam. Os cursos são ofertados nos períodos diurno e noturno, o que possibilita o acesso do estudante trabalhador à formação em nível superior.

Em nível de pós-graduação *stricto sensu*, a partir de 2005, a UEPB se qualificou para criar novos cursos, para os quais passou a obter o credenciamento junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Se de 1995 a 2005 havia apenas os cursos de mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, em parceria com a UFPB, o Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade e o Mestrado Interdisciplinar em Saúde Coletiva, a partir de 2005, foram criados os Mestrados acadêmicos em Literatura e Interculturalidade; Ensino de Ciências e Educação Matemática, Ciência e Tecnologia Ambiental, Relações Internacionais, Desenvolvimento Regional, em associação com a UFCG; Enfermagem, em associação com a UFPE; Saúde Pública, Odontologia, Ecologia e Conservação, Ciências Agrárias, Ciências Farmacêuticas, Serviço Social, Psicologia da Saúde e Química. E também os mestrados profissionais em Matemática, Ciência e Tecnologia em Saúde, Formação de Professores, Letras, Ensino de Física. A partir de 2010, iniciou-se um processo de consolidação dos cursos, com aprovação dos doutorados em Literatura e Interculturalidade, Odontologia e Tecnologia Ambiental. Vários cursos obtiveram conceito 4 e, portanto, têm potencial para aprovar a proposta de doutorado nos próximos anos.

Em nível de pós-graduação *lato sensu*, a UEPB oferta os seguintes cursos: Desenvolvimento Humano e Educação Escolar, Educação Étnico-racial na Educação Infantil, Ensino de Geografia, Etnobiologia, Gestão em Auditoria Ambiental, Gestão Estratégica na Segurança Pública, Filosofia da Educação, Inteligência Policial e Análise Criminal, Matemática Pura e Aplicada, MBA em Gestão Empreendedora e Inovação, Meios Consensuais de Solução de Conflitos, Gestão Pública e Gestão em

Saúde.

Além dos cursos em nível de graduação e de pós-graduação, a UEPB oferta também dois cursos em nível técnico, Técnico em Agropecuária em Integrado ao Ensino Médio e subsequente, um (01) no Câmpus II, na Escola Agrícola Assis Chateaubriand e outro no Câmpus IV, na Escola Agrotécnica do Cajueiro.

Neste período de expansão, a UEPB desenvolveu políticas e ações para capacitação do seu quadro docente e de técnicos, as quais envolveram duas principais estratégias. A primeira estratégia foi a de liberar para capacitação até o limite de 20% dos docentes de cada Departamento e liberar técnicos e administrativos, em conformidade com as áreas de interesse para o desempenho do seu trabalho. A segunda foi a de estabelecer parceria solidária, por meio da participação em cinco Doutorados Interinstitucionais (DINTER), todos com investimentos da própria Instituição e contando com financiamento da Capes: Educação, com a UERJ; Ciência da Motricidade, com UNESP; Ensino, Filosofia e História de Ciências, com a UFBA; Direito, com a UERJ; Planejamento Urbano e Regional, com a UFRJ.

Com a melhoria da capacidade instalada de docentes, a UEPB ampliou em escala quase logarítmica a captação de recursos junto às agências financiadoras, obtendo, a partir de 2006, aprovação de vários projetos em vários editais, resultando na obtenção de significativo volume de recursos para bolsas, insumos e equipamentos. Além disso, a instalação dos programas de pós-graduação promoveu o fomento do Governo Federal por meio de bolsas de mestrado e de doutorado e do Programa de Apoio à Pós-graduação – PROAP. Além destes recursos, a UEPB passou a realizar significativos investimentos, os quais contribuíram para a participação dos docentes em certames nacionais e internacionais, assim como a realização de eventos vinculados aos programas de pós-graduação, captando recursos que são aplicados na região. Ou seja, são recursos do Estado, da União ou de empresas privadas que são investidos no comércio e nas cadeias produtivas locais.

Além dos recursos captados de agências de fomento à pesquisa e à extensão, a Universidade iniciou uma política de incentivo à produção de conhecimento e fortalecimento dos grupos de pesquisa, com recursos próprios, por meio da criação de Programas de Incentivo à Pesquisa, à Pós-Graduação e à Extensão, lançando

vários editais, por meio dos quais os pesquisadores e extensionistas da Instituição puderam receber apoio financeiro para desenvolver seus projetos de pesquisa e de extensão e participar de eventos científicos. Essas políticas de financiamento de projetos de pesquisa e de extensão coordenados por docentes da UEPB foram, e ainda são, fundamentais para consolidar a Graduação e a Pós-graduação, pois a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ) tem precária estrutura e recursos muito limitados, de modo que não há políticas nem recursos destinados ao fomento de ações da Universidade.

Essa capacidade de captação de recursos e produção de conhecimento, entretanto, pode ser ainda mais potencializada. Isto porque, dos quase mil docentes efetivos da UEPB, cerca de 50% deles são doutores e somente 10% encontram-se vinculados aos programas de pós-graduação, por motivo de não terem produção técnica e científica em número e em qualidade exigidos pelo Sistema de Pós-Graduação. Considerando que a consolidação dos programas de pós-graduação depende da melhor qualificação da produção docente, o desafio nos próximos anos será o de ampliar as políticas e as estratégias para melhorar esses indicadores.

A grande expansão da Universidade e a significativa melhoria da capacidade instalada de docentes, seja pela titulação, seja pela produção científica, ocorrida nos últimos anos, provoca também no âmbito da Graduação um grande desafio, o da consolidação dos cursos em termos de infraestrutura e a melhoria da qualidade do ensino. Estas demandas têm sido indicadas tanto pelos resultados da Autoavaliação Institucional quanto pelos resultados do Exame Nacional de Avaliação de Desempenho do Estudante (ENADE). Isto porque, em relação ao número de ingressantes nos cursos, titulam-se, anualmente, de um modo geral, metade dos estudantes, o que sugere uma evasão, retenção ou mobilidade estudantil da ordem de cinquenta por cento. Ressalte-se, em relação a estes dados, que a grande maioria da retenção e da evasão se concentra nos cursos de licenciatura, com maior incidência nos cursos de ciências exatas e, mais agudamente, nos câmpus do interior, o que desafia o permanente esforço em empreender políticas e ações voltadas para o incentivo à permanência.

Tendo em vista a melhoria da estrutura e do funcionamento da Graduação, desde 2013, a UEPB iniciou um processo de reestruturação dos cursos de graduação. Isto ocorre, porém, num contexto em que o orçamento da UEPB, devido

a vários fatores, vem sofrendo contingenciamentos, de modo que os recursos recebidos não têm sido suficientes para garantir sequer reajuste salarial devido às perdas causadas pela inflação. Os recursos da Universidade, em quase sua totalidade, estão comprometidos com a Folha de Pagamento, o que dificulta o custeio do cotidiano institucional e a renovação de equipamentos e ampliação da infraestrutura. Além do que se intensificam os movimentos reivindicatórios e passam a ocorrer recorrentes paralisações do corpo docente e do pessoal técnico-administrativo, o que impacta o planejamento e produz desmotivação no corpo discente.

Contudo, mesmo neste adverso contexto, a questão da melhoria da qualidade dos cursos de graduação da UEPB vem sendo debatida intensamente com a comunidade acadêmica com vistas à execução do plano de consolidar a reestruturação das normas e a atualização dos Projetos Pedagógicos de Cursos - PPCs. Para isso, ao longo dos últimos três anos, foram compactadas todas as resoluções internas para criação do Regimento dos Cursos de Graduação da UEPB (Resolução UEPB/CONSEPE/068/2015), que permitiu maior sintonia das ações internas com as políticas nacionais de Ensino Superior, ao tempo em que promoveu maior organicidade ao conjunto das normas. A partir desse novo Regimento, e com base nos Instrumentos de Avaliação de Cursos do INEP, os dados do ENADE e as Diretrizes Curriculares Nacionais, inclusive a mais nova resolução que trata da formação inicial e continuada de professores da Educação Básica (Res. CNE/01/2015), toda a comunidade acadêmica envolvida com os cursos de graduação foi mobilizada num trabalho de reflexão voltado para a atualização dos PPCs. Os debates envolveram também a discussão em torno do cotidiano de cada curso. Com isso, abriu-se a possibilidade para cada curso organizar seu projeto, de modo a potencializar a qualidade do processo de ensino/aprendizagem e, conseqüentemente, melhorar a qualidade da formação oferecida aos estudantes. Para este objetivo, foi decisivo o competente trabalho realizado pelos Núcleos Docentes Estruturantes – NDEs - e Coordenações dos Cursos, bem como as ações promovidas pela PROGRAD, como a realização de encontros de reflexão sobre a Graduação e Oficinas Técnico-Pedagógicas ao longo de 2014 e 2015.

Neste contexto, em 2014, a UEPB fez adesão com 100% de suas vagas ao Sistema de Seleção Unificada - SiSU, com reserva de 50% das vagas para

estudantes egressos de escola pública, ao tempo em que qualificou os critérios de desempenho na seleção dos candidatos, por meio da redefinição das notas mínimas e pesos por área de conhecimento na Prova do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, o que promoveu melhoria no perfil dos ingressantes, o que de contribuir para minimizar a retenção e a evasão nos próximos anos. Entende-se, entretanto, que esta é uma questão complexa, que exige rigorosa análise dos dados e o estabelecimentos de múltiplas ações políticas e ações voltadas para enfrentamento efetivo da problemática.

As políticas de incentivo à graduação envolveram também ações no voltadas para o apoio acadêmico e para a Assistência Estudantil, aumentando os programas de mérito acadêmico como Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Pesquisa - PIBIC, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID, Programa de Educação Tutorial - PET, Monitoria, participação em projetos de pesquisa e de extensão e para participação em eventos acadêmicos; ao mesmo tempo, ofertando bolsas por meio de programas de Assistência Estudantil para estudantes com carências socioeconômicas, tendo em vista combater a retenção e evasão e potencializar a permanência, como apoio à moradia, transporte e alimentação.

A UEPB tem investido também recursos na melhoria do acervo e do acesso às bibliotecas, com aquisição regular de novos livros e divulgação pela Biblioteca Digital dos Trabalhos de Conclusão de Curso, Mestrado e Doutorado.

e) Missão, Princípios Norteadores e Políticas da IES

A UEPB tem por missão formar profissionais críticos e socialmente comprometidos, capazes de produzir, socializar e aplicar o conhecimento nos diversos campos do saber, por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão, de modo a contribuir para o desenvolvimento educacional e sociocultural do país, particularmente do Estado da Paraíba. A UEPB, em sintonia com o conjunto mais amplo de Políticas para o Ensino Superior propostas pelo Conselho Nacional de Educação, Ministério da Educação e Conselho Estadual de Educação, tem por objetivo promover formação de qualidade e profundamente engajada com a realidade socioeconômica e cultural do Estado da Paraíba, do Nordeste e do Brasil. Para atingir essa meta, o trabalho acadêmico na UEPB se fundamenta em alguns princípios:

- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte, a cultura e os saberes;
 - Respeito ao pluralismo de ideias e de concepções, incentivando a tolerância e resolução de conflitos por meio do diálogo e reflexão.
 - Gestão Democrática e Colegiada, oriunda da autonomia universitária e cultivada no cotidiano das relações acadêmico-administrativa (corresponsabilidade).
 - Eficiência, Probidade e Racionalização na gestão dos recursos públicos oriundos do Estado e da União para financiamento das ações da instituição;
 - Valorização e Engajamento de seus servidores docentes e técnicos com o aprimoramento do ensino, pesquisa e extensão oferecidos pela instituição à sociedade;
 - Igualdade de condições para o acesso e permanência discente na Instituição, o que inclui planejamentos estratégicos e diálogo permanente com a realidade discente de nossa Universidade;
 - Integração e Promoção de Ações para melhoria da Educação Básica e aprimoramento da formação inicial e continuada de professores em diferentes níveis de ensino.

Por indissociabilidade, princípio central e constitucional, entre ensino, pesquisa e extensão, entende-se que cada atividade de ensino envolve a perspectiva da produção do conhecimento e sua contribuição social, assim como a busca de excelência acadêmica; que cada atividade de pesquisa se articula com o conhecimento existente e se vincula à melhoria da qualidade de vida da população, além de propiciar o surgimento de pesquisadores de referência nacional e internacional; que cada atividade de extensão seja um espaço privilegiado, no qual educadores, educandos e comunidade articulam a difusão e a produção do conhecimento acadêmico em diálogo com o conhecimento popular, possibilitando uma percepção enriquecida dos problemas sociais, bem suas soluções de forma solidária e responsável.

A partir das elencadas políticas, projetam-se algumas metas para a Graduação:

- Aprofundar o processo de reestruturação da graduação já em curso, visando acompanhar a execução dos Projetos Pedagógicos para garantirmos a qualificação dos egressos com um perfil adequado para os novos desafios da contemporaneidade, inclusive do mundo do trabalho;
- Promover ampla discussão sobre as licenciaturas, tendo em vista potencializar a formação inicial desenvolvida no UEPB não apenas buscando maior sintonia com a realidade cotidiana do “chão da escola” em que os futuros educadores irão desenvolver as suas ações pedagógicas, notadamente nas redes públicas de Ensino (municipais e Estadual), mas também promovendo ações de transformação dessa realidade;
- Implementar parcerias interinstitucionais, notadamente com os municípios e com o Estado, para que a UEPB assuma posição mais estratégica na construção das políticas e na execução das ações de formação continuada dos profissionais da educação das respectivas redes;
- Integrar projetos de ensino (metodologias, técnicas e estratégias, de formação inicial e continuada às demandas das redes de Ensino (municipais e Estadual), visando contribuir para a melhoria dos indicadores da educação, notadamente o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB);
- Implementar ações de parceria com o Estado e os municípios, visando apoiar a implantação da Residência Pedagógica, voltada aos professores habilitados para a docência na educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
- Incentivar o desenvolvimento de projetos vinculados ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e de Bolsas de Iniciação à Pesquisa (PIBIC), no sentido de estabelecerem maior articulação em relação às demandas das redes de Ensino (municipais e Estadual), priorizando escolas identificadas com pontuação abaixo de 200 no IDEB;
- Instituir o Programa Institucional de combate à retenção e evasão, promovendo ações de incentivo à permanência e conclusão do curso;
- Instituir parcerias interinstitucionais, notadamente com o Estado, a fim de que as atividades de ensino (estágio), de iniciação científica e de extensão dos alunos e das alunas, possam ser desenvolvidas nos múltiplos espaços de implementação das políticas públicas coordenadas pelo ente estadual, nas mais diversas áreas, a

exemplo da educação, da saúde, da gestão, da assistência social, entre outras;

- Potencializar a realização de eventos de reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem e avaliação, bem como realizar permanentemente oficinas pedagógicas, buscando aperfeiçoar a prática pedagógica dos docentes e fortalecer seu compromisso com a educação;
- Investir, em conformidade com a disponibilidade de recursos, na infraestrutura de ensino, tendo em vista garantir as condições de um ensino de excelência (Ampliação do acervo das bibliotecas, melhoria e implementação de novos laboratórios; salas de aula, equipamentos e materiais, espaços de convivências. Melhoria das condições físicas no ambiente de ensino, adequando-o a padrões de qualidade que permitam maior interação e melhor ambiente para a aprendizagem.

A Universidade é um organismo acadêmico, político e social feito de muitas criatividades e tensões, de muitas áreas de conhecimento que nem sempre se regem pelos mesmos critérios e realizam seus fins com as mesmas estratégias. A meta central nesta nova fase é aprofundar a vida universitária pautada na autonomia existente, conduzindo a um aperfeiçoamento das ações e estimulando ainda mais a criatividade dos cursos e das áreas da UEPB.

ALGUMAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

Políticas de gestão

A política de gestão da UEPB é integrada e descentralizada, requerendo a noção de que toda a instituição é um sistema aberto, que se adequa rapidamente em um contexto cada vez mais dinâmico, onde cada parte ou subsistema da gestão, além de se orientar por objetivos comuns, procura sincronizar seus processos específicos, integrando o fluxo de informação e eliminando limitações que dificultam a comunicação entre as diversas unidades universitárias. Hoje, existe uma integração dos processos de gestão da Universidade entre os setores que compõem a estrutura organizacional (Reitoria, Pró-Reitorias, Centros, Departamentos, Coordenações, Núcleos, etc.) de modo automático e informatizado. Esta política de descentralização de responsabilidade e, conseqüentemente, de competências, reduz os níveis de demandas e riscos, proporcionando maior agilidade na solução de demandas. Isto estimulou, também, um aumento de participação decisória dos diversos atores gestores e eleva os níveis de comprometimento e envolvimento com

a instituição.

Os objetivos para as atividades de gestão são centrados na orientação e na gestão para as atividades fins da universidade, que permeiam toda instituição e contribuem de forma indireta para o alcance dos objetivos institucionais. Entre as várias funções e atribuições da gestão destacam-se o planejamento e avaliação voltados para integração e o alinhamento estratégico, no que se refere à gestão administrativa, de pessoas e financeira, além da avaliação institucional, de docentes e de técnicos administrativos.

Os objetivos para as atividades de gestão são: institucionalizar as práticas de planejamento e gestão estratégicos da universidade; promover a reestruturação administrativa da universidade para gestão das unidades administrativas; participar ativamente da construção do orçamento do Estado visando aumentar os recursos financeiros para a UEPB; captar recursos extra orçamentários para ampliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão; adequar a legislação acadêmica, administrativa e de pessoal para assegurar a excelência acadêmica e sustentabilidade institucional; criar mecanismos para facilitar a comunicação e o relacionamento com a comunidade interna e externa; consolidar a avaliação como ferramenta de gestão; desenvolver mecanismos para aumentar a eficiência da gestão, dos controles internos e da transparência institucional; estabelecer planos de capacitação técnica e interpessoal para os docentes e técnicos administrativos visando a melhoria do desempenho institucional e estabelecer mecanismos para a descentralização orçamentária e administrativa.

Política de Avaliação e Autoavaliação Permanente

A UEPB tem aderido ao estabelecimento de uma política interna de autoavaliação permanente usando os instrumentos do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES). Criada em 2008, a Comissão Permanente de Avaliação (CPA) que tem produzido relatórios e dados consolidados, os quais precisam ser mais amplamente aproveitados no cotidiano dos Cursos, para planejamento de estratégias e ações com vistas à melhoria do ensino oferecido. Do mesmo modo, os cursos precisam se apropriar cada vez mais dos resultados da avaliação do desempenho do estudante (ENADE), promovendo conscientização e engajamento da comunidade acadêmica em relação a esse processo.

Esse processo de avaliação possui um caráter formativo, destinando-se a conhecer as potencialidades e fragilidades da UEPB, bem como orientar a Instituição nas tomadas de decisão no sentido da melhoria da qualidade dos serviços em consonância com seu PDI/PPI, sua missão e sua responsabilidade social, visando, de modo incessante, o desenvolvimento institucional da UEPB em sua plenitude.

Política de integração das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Para aproximar essas atividades e melhor articulá-las, no novo Regimento dos Cursos de Graduação abriu-se a possibilidade de que as atividades desenvolvidas em projetos de pesquisa (PIBIC, PIVIC, PIBID OU PET) e projetos de extensão sejam integralizadas pelos estudantes de duas formas diferentes: ou como carga horária de estágio supervisionado ou como atividade complementar de natureza científico-acadêmico-cultural.

Além disso, há um programa de melhoria dos estágios supervisionados por meio do estímulo à oferta de cursos de pós-graduação *latu sensu e strictu sensu* direcionados para formação continuada de profissionais que possam atuar como supervisores de estágio. Neste caso, a ideia é fomentar a criação de comunidades de conhecimento em que haja maior interação dos docentes da UEPB com pós-graduandos e graduandos para leitura da literatura, debate, produção de conhecimento e resolução de problemas de interesse da sociedade.

A articulação entre teoria e prática pode ser facilitada também pela melhor articulação dessas atividades. Em cada componente curricular, é possível estimular a formação de competências de pesquisa com a leitura da literatura científica, quer sejam os clássicos que marcaram a história do desenvolvimento de uma disciplina como também a leitura de artigos recentemente publicados para discussão das questões em aberto em um campo de conhecimento. Uma teoria pode ser mais facilmente compreendida se houver estímulo à leitura, reflexão e produção textual. A prática poderá mais facilmente apreendida se o estudante for convidado a resolver problemas, observar, propor hipóteses e soluções para situações-problema. Um componente curricular pode ter atividades de extensão que permitam ao estudante praticar e tomar contato com fenômenos até então abstratos e distantes da sua vida profissional.

Política de compromisso com Formação Docente para a Educação Básica.

A formação inicial e continuada de professores para Educação Básica, bem como de docentes do Magistério Superior, depende do engajamento desse coletivo com um processo de aprendizagem e atualização permanente em serviço. Sabemos que as nossas concepções e práticas docentes são construídas a partir dos modelos didáticos com os quais convivemos. Tendemos assim a reproduzir o que fizemos se não houver uma reflexão sobre essas ações. Para promover essa reflexão é necessário o comprometimento de todos os docentes e seu engajamento senão não há como aprimorar os modelos.

O engajamento com a formação docente em diferentes níveis, nesta proposta, poderá acontecer com a inserção da Metodologia de Ensino como um eixo articulador nos cursos de Licenciatura. Em vez de um componente curricular específico, todos os docentes de um Curso devem pensar em como ministram suas aulas. Que objetivos de aprendizagem têm, que estratégias didáticas utilizam, quão diversificados são essas estratégias e de que forma contribuem para desenvolvimento, nos licenciandos, de competências e habilidades, ou apropriação de conhecimentos factuais, procedimentais ou atitudinais. A estratégia de resolução de situações-problema ou problematização, a contextualização, a interdisciplinaridade devem fazer parte do planejamento diário do docente para que isto possa também fazer parte da rotina diária do professor da Educação Básica.

A formação do professor da Educação Básica não é responsabilidade única dos docentes que ministram os componentes pedagógicos, mas de todos os docentes que atuam no Curso. O princípio da corresponsabilidade sobre a formação do professor que atuará na escola pública é de todos os servidores docentes e técnicos envolvidos no processo de formação.

Política de fortalecimento da Pesquisa, Pós-Graduação e Internacionalização.

O fortalecimento e consolidação dos programas de pós-graduação da instituição e das atividades de pesquisa perpassam pela melhor articulação da formação de competências e habilidades de pesquisador nos cursos de graduação.

A leitura de textos de referências depende de competências e domínio de línguas estrangeiras, especialmente, a inglesa. Por essa razão, apresenta-se como de relevante importância o incentivo à proficiência em língua inglesa, por parte dos

estudantes, por meio de componente livres. Além disso, os estudantes devem ser estimulados a participar de projetos de intercâmbio internacional à semelhança do Ciência sem Fronteiras do Governo Federal, visto que, para isso, é permitido cumprir até 20% da carga horária de seu Curso.

Política de Acessibilidade e Ensino de Libras.

A UEPB mantém políticas e ações de acessibilidade das portadores de necessidades especiais aos diferentes espaços e aos saberes. Para além de rampas e sinalizações, a IES tem buscado ampliar a inclusão dessas pessoas na comunidade acadêmica, estimulando os estudantes de todos os cursos a cursarem o componente curricular de Libras.

Política de Estímulo à Inovação Tecnológica e Empreendedorismo Social e Tecnológico.

O desenvolvimento regional demanda conhecimento sobre as cadeias produtivas e vocações regionais, assim como estímulo à formação de empreendedores. O Núcleo de Inovação Tecnológica da UEPB tem desenvolvido cursos periódicos para servidores e estudantes a fim de estimular a criação de empresas ou desenvolvimento de produtos, processos ou serviços inovadores. Essa iniciativa será ampliada com a oferta de um curso a Distância, como componente curricular Livre, para todos os estudantes e funcionários da Instituição sobre essa temática. Espera-se que, com isto, possa haver estímulo à formação de empreendedores.

Política de Valorização da Cultura Regional, Indígena e Africana.

A história e a cultura dos povos indígenas e africanos foram sendo perdidas com o processo de aculturação, miscigenação e sincretismo, relacionado à colonização e formação da sociedade brasileira. Com a finalidade de evitar a extinção dessas culturas e valorizá-las, a UEPB incentiva e fomenta a produção de material didático e videoaulas para consubstanciar um componente curricular de dimensão Livre, acessível aos estudantes de todos os cursos, buscando, ao mesmo tempo, estabelecer com este articulação com atividades de extensão e cultura, envolvendo a arte, a dança, a música, ritos e outros aspectos dessas culturas.

02. APRESENTAÇÃO

A formação jurídica requer uma criteriosa análise de conjuntura, tendo em vista que o espaço ocupacional das profissões tradicionais está sendo posto em xeque, à medida que estão sendo incorporados novos paradigmas, como decorrência do redesenho do mundo, notadamente com o fenômeno da Globalização e os avanços tecnológicos e científicos a eles inerentes.

A frondosa árvore do Direito tem natureza generosa e seu campo de atuação vem abrangendo espaços cada vez maiores, por meio das mais carreiras jurídicas, tais como Advocacia geral e especializada, Magistratura, Ministério Público, Segurança pública e Defesa Social, Fiscalização Tributária, Defensoria Pública, dentre outras.

Nesse sentido, o presente Projeto abarca diversas áreas, como também, através do Núcleo de Prática Jurídica propicia o conhecimento prático nas mais diversas Instituições, através de seus órgãos implantados em nossa cidade, o que contribui sobremaneira para a formação dos profissionais do Direito, aptos às demandas do mundo jurídico.

03. CONTEXTUALIZAÇÃO

a) Nome do Curso: BACHARELADO EM DIREITO

b) Endereço do Curso: Rua Salvino de Figueiredo, 172, Centro, Centro, PB, 58400253

c) Atos Legais de Criação do Curso:

Ato de criação e/ou reconhecimento:

DECRETO FEDERAL N.º 71.022/72, D.O.U. 28/08/1972

Aprovação do Projeto Pedagógico do Curso pelo CONSEPE:

RESOLUÇÃO/UEPB/CONSEPE/0144/2016

d) Número de Vagas ofertadas por turno: 40

e) Turnos: Diurno, Noturno

f) Tempo Mínimo de Integralização: 10 Semestres

g) Tempo Máximo de Integralização: 15 Semestres

h) Coordenador do Curso: RAISSA DE LIMA E MELO

i) Formação do Coordenador do Curso:

Graduação em Direito pela UEPB, em 1994. Mestrado em Direito pela UFPE, em 1999. Coordenadora desde 14/04/2016.

j) Núcleo Docente Estruturante:

Conforme o que dispõe o Regimento da Graduação, em seu art. 19, "Compete ao NDE: I – atuar no processo de concepção, implantação e desenvolvimento permanente do PPC". O NDE, do Curso de Direito é formado pelos professores Raíssa de Lima e Melo, Andréa de Lacerda Gomes de Brito, Paulo Esdras, Flávio Romero Guimarães e Flávia de Paiva.

04. BASE LEGAL

BRASIL. Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

RESOLUÇÃO/CNE/CES/Nº9/2004 – que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências.

RESOLUÇÃO/CNE/CES/Nº2/2007 – que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

RESOLUÇÃO/UEPB/CONSEPE/068/2015 – aprova o regimento dos cursos de graduação e dá outras providências.

05. CONCEPÇÃO E JUSTIFICATIVA

A concepção deste Curso baseia-se na visão de que o Direito se destina à realização de dois objetivos básicos: a organização da sociedade e a resolução dos conflitos, sempre respeitando os valores acatados pela ordem jurídica constitucional. No Brasil, o ensino jurídico precisa contribuir criativamente para o desenvolvimento da nossa sociedade, devendo então se adaptar às inovações tecnológicas e científicas. Logo, é notória a necessidade da consolidação de novos institutos jurídicos como instrumentos de viabilização das demandas sociais emergentes e do acelerado processo integrativo das sociedades modernas presentes no mundo globalizado.

As bases para a sistematização do Projeto Político-pedagógico do Curso de Direito advêm do compromisso que o CCJ/UEPB assume, prioritariamente, com as demandas sociais da região. Não obstante, ao se destacar a formação de um profissional sintonizado com a realidade regional, não se exclui a perspectiva de que este deverá estar habilitado para integrar-se ao mercado de trabalho nacional e global.

A LDB concede autonomia às Instituições de Ensino Superior (IES) para a configuração da identidade institucional, desde que seja compatível com as diretrizes fixadas pelo órgão competente do Ministério da Educação, para assegurar a unidade nacional do ensino de graduação. No que concerne ao aspecto pedagógico, essa autonomia manifesta-se na elaboração de projetos políticos que atendam a múltiplas realidades sociais e à diversidade nacional. Assim, o currículo deve otimizar a formação de um Operador do Direito que, além de atender às necessidades do mercado, adote uma *praxis* ético-humanística comprometida com o respeito à cidadania. Nesse sentido, ressalte-se que o saber jurídico-humanístico tem por objeto precípua o ser humano e os problemas que o afetam no mundo atual, marcado pela massificação do conhecimento. De modo que os cursos jurídicos devem ter como uma de suas perspectivas a preservação de uma educação não padronizada, permitindo ao educando posicionar-se autonomamente quanto às

inquietantes questões jurídicas e sociais, emergentes a cada instante do cotidiano; de igual modo, essa formação profissional deve possuir uma vertente ética, voltada à promoção de comportamentos íntegros e responsáveis, imprescindíveis à implementação da educação jurídica exitosa.

A concepção do presente Projeto Político-pedagógico objetiva a formação de homens públicos, de cidadãos, de profissionais da área jurídica com amplos e sólidos conhecimentos práticos, técnico-jurídicos e sociopolíticos, capazes de ser solidários e de participarem, com responsabilidade e competência, do processo de integração e desenvolvimento sócio-econômico regional.

Com relação ao aspecto técnico-científico, deve-se primar por reflexões, debates e conteúdos que possibilitem ao discente dominar princípios, conceitos e teorias do Direito, bem como manejar as regras jurídicas, problematizando-as e apontando soluções. Atualmente, os paradigmas científicos que orientam o processo produtivo abrem novos canais interativos que articulam o Operador do Direito com outras áreas do conhecimento, isso a partir de toda uma fundamentação baseada em pressupostos históricos, filosóficos, sociológicos, antropológicos, psicológicos, epistemológicos e didático-metodológicos; visto que estes pilares científicos têm a função de explicitar as noções relativas ao ser humano, à sociedade, à educação e ao currículo, elemento estes que norteiam o processo de formação profissional. Logo, a abordagem transdisciplinar é imprescindível, tendo em vista que estamos diante de toda uma realidade social típica da sociedade brasileira.

Com efeito, um curso jurídico precisa estar comprometido com a produção do Direito e não apenas com a reprodução de modelos históricos, especialmente originados e importados da Europa. Nessa ótica, o curso deve, necessariamente, viabilizar a convivência harmônica entre o saber jurídico tradicional e dogmático e o saber humanístico interdisciplinar, como seu fundamento e origem.

Ademais, considerando que a Instituição de Ensino objetiva realizar a formação profissional de forma orientada, então cabe a ela evitar que a produção e a apropriação do conhecimento assumam forma unilateral e distanciada do real; por conseguinte, todas as ações relacionadas à questão do conhecimento devem fundamentar-se nas práticas sociais. Assim, os conteúdos a serem ensinados serão

articulados aos núcleos de atividades de prática jurídica, constituindo um método de implementação do ensino-aprendizagem por meio da inclusão de ações que possibilitem extrapolar os limites dos conteúdos isolados.

Outrossim, visando potencializar a premissa da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, o curso continuará desenvolvendo programas, tais como: Iniciação Científica (PIBIC, PROINCI, PIVIC), Extensão, Monitoria, Estágio e Intercâmbio Cultural, sendo todos eles desenvolvidos através dos Departamentos de Direito Público e Privado. De fato, o *ensino* do Direito não pode limitar-se ao espaço fechado da sala de aula, a *pesquisa* não pode ser um acordo tácito entre privilegiados, como também a *extensão* não pode confirmar-se como assistencialismo. Portanto, a ampliação da interface entre essas três vertentes, bem como a revisão contínua das concepções a elas relacionadas, serão o resultado da dimensão epistemológica assumida e construída através da integração entre a prática e a teoria.

Justificativa:

Para a elaboração do novo Projeto Político-pedagógico do Curso de Direito da UEPB, consideramos o pressuposto de uma linha curricular normatizada a partir das recomendações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB – Lei nº 9.394/96, e estando em conformidade com as diretrizes curriculares nacionais para os Cursos de Direito, implantando-se conteúdos temáticos (disciplinas) inovadores no campo jurídico, com ênfase as práticas interdisciplinares.

Nesse contexto, com o propósito de buscar uma nova concepção epistemológica, sempre procurando superar a abordagem positivista-legalista, de caráter essencialmente dogmático, imbricamos para uma visão do Direito em que o cultural e o natural não se excluem, muito pelo contrário, interagem; pois só assim teremos egressos com a capacidade de recepcionar com maior habilidade e compreensão da totalidade representada pelos fenômenos social, político, econômico, cultural, tecnológico e jurídico. Assim, nosso curso não estará visando, como finalidade prioritária, formar tecnicistas do direito ou servir de “escola preparatória” para determinadas profissões jurídicas, ou mesmo a satisfazer esclarecimentos técnicos inerentes a certas categorias profissionais, no sentido de

adimplir pretensões individuais com vistas a concursos públicos. Com efeito, nossa missão é formar juristas dotados de consciência independente e crítica no desempenho do seu papel fundamental de transformação social, prontos para fazerem a defesa do Estado de Direito, como princípio, e do Estado Democrático, como norma magna. Ademais, procuramos a integração de nossos futuros bacharéis com as políticas dos direitos humanos, com respeito às diferenças, com a pluralidade moral e, enfim, comprometidos com a defesa incondicional da dignidade humana.

Dessa forma, demonstra-se a urgente necessidade de profissionais que tenham a Ciência Jurídica como meta, e não apenas técnicos aplicadores da norma jurídica, sobressaindo-se a capacidade daquele jurista refletir logicamente e avaliar com desenvoltura crítica o fenômeno jurídico-social.

O discente do Curso de Direito tem que ser tratado como elemento participante, dando-lhe a oportunidade de desenvolver habilidades que o permitam aprender continuamente, sendo isso efetivado por meio de novas técnicas de ensino, objetivando que o mesmo venha a adquirir uma visão crítico-reflexiva, isso através do ensino, da pesquisa e da extensão; tríade base da educação superior e diretriz maior desta Instituição, que se altera em todas as suas estruturas para acompanhar o desenvolvimento nacional, contribuindo em particular com o desenvolvimento regional, que é o efetivo compromisso maior da UEPB.

A nova proposta pedagógica pretende contemplar o mercado com um profissional ético e associado à realidade socioeconômica, bem como identificado com os paradigmas de todos os extratos sociais, estando apto a compreender, assistir e construir a cooperação entre processos pessoais e organizacionais, de integração nacional e internacional; devendo o mesmo ter capacidade de solucionar juridicamente os conflitos que lhe forem apresentados, utilizando para tanto os princípios, constitucionais e infraconstitucionais, e a norma jurídica posta, mas sempre primando pela maior riqueza que o Direito nos oferta – a Justiça como *condition sine qua non*.

Nessa perspectiva, busca-se um equilíbrio entre a formação fundamental do profissional, sem exageros academicistas ou positivistas, criando-se assim um

aprendizado teórico com adoção de medidas práticas para o exercício dos conhecimentos adquiridos pelos bacharéis formados por esta Instituição.

06. OBJETIVOS

OBJETIVOS GERAIS

O Curso de Direito da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, *Campus I*, busca a formação de bacharéis socialmente responsáveis, de modo a *promover a cidadania, o bem-estar, o respeito aos direitos humanos, a solidariedade e o Estado Democrático de Direito, tudo isso sempre procurando a condição de legitimidade inerente à Dignidade da Pessoa Humana*. Nessa perspectiva, o Curso possui natureza transdisciplinar, articulando teoria e *praxis*, almejando uma efetiva autonomia profissional. Com efeito, reiteramos a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, enfocando as necessidades sociais particulares de nossa Região, possibilitando assim o atendimento de um razoável contingente populacional, com as metas de preservação e esclarecimento de seus direitos e deveres como cidadãos brasileiros, cientes da natureza de uma instituição pública que tem o seu compromisso maior com a população que a provê.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

. Desenvolver nos profissionais a capacidade de diagnosticar e enfrentar os desafios da realidade sócio-econômica e jurídica com raciocínio lógico, independente e análise crítica;

. Atuar com sensibilidade e competência para adequar o conhecimento jurídico à solução de problemas para os quais a legislação ainda não oferece respostas;

. Fomentar o desenvolvimento de habilidades e práticas que capacitem o bacharel ao desenvolvimento de políticas públicas voltadas à democratização do acesso à Justiça;

. Oportunizar ao discente a vivenciar a problemática jurídica, articulando teoria e prática, bem como associando a sala de aula à pesquisa, extensão, estágios (simulados e reais) e atividades complementares desenvolvidas ao longo do Curso;

. Aprimorar no educando o cabedal de conhecimentos no contexto das ciências sociais, da economia e da filosofia no sentido de lhe possibilitar o entendimento da origem, finalidade e como se relacionam os mais variados institutos jurídicos e afins;

. Desenvolver estratégias teóricas e metodológicas que permitam a superação dos limites da versão essencialmente dogmática da Ciência do Direito;

. Favorecer a formação do Bacharel em Direito, dando-lhe uma visão meta-jurídica, como o intuito torná-lo apto para atuar como um jurista dotado de consciência independente e reflexão crítica, sendo um agente transformador do contexto em que vive e atua, através de uma práxis ético-humanística, comprometida com a ciência, a dignidade da pessoa humana, a paz, a cidadania, as políticas dos direitos humanos e a efetiva aplicação da Justiça;

. Otimizar mecanismos didático-metodológicos que favoreçam a implementação da estrutura curricular com base em uma perspectiva interdisciplinar, capaz de propiciar ao egresso uma visão crítica e ampla do fenômeno jurídico, como também habilitá-lo profissionalmente por meio de um raciocínio adequado à aplicação do Direito em face das particularidades presentes na realidade sócio-econômica brasileira, caracterizada por desigualdades, vulnerabilidades, discriminações, preconceitos carência de aplicabilidade eficaz de direitos sociais, entre outros aspectos.

07. PERFIL DO EGRESSO

O perfil do profissional que se pretende formar há de ter necessariamente a capacidade de observação e compreensão do fenômeno jurídico em face à dinâmica da vida social, bem como, das demandas e dos conflitos que dela eclodem, atento à complexidade da normatividade jurídica, com suas eventuais e reais urgências de mudança. Nesse sentido, Rubens Approbato fala da necessidade de operadores jurídicos “com visão sistêmica e generalista, capaz de interagir com o mundo em transformação e, ao mesmo tempo, com profundos conhecimentos em suas áreas específicas, que seja capaz de dominar o objeto a que se propõe ou o agente de cujos direitos será um defensor”. Continuando, esse autor completa: “a aprendizagem da advocacia há de proporcionar autonomia, despertar a consciência da cidadania, para o país ganhar não apenas profissionais capacitados, mas cidadãos conscientes de seu papel e de sua missão transformadora”.

Como podemos observar, para que essa multidimensão jurídica, ética, social e política seja alcançada, é preciso uma formação acadêmica sólida para não sucumbir às intempéries da sociedade com suas variadas demandas. Nesta perspectiva, muito se tem discutido sobre a mais adequada e completa estruturação do futuro bacharel em Direito, havendo, inclusive, a proposta de ciclos de estudo – sendo o bacharelado o primeiro, mas necessitando de um segundo de, no mínimo, dois anos, destinado à formação de profissões jurídicas (magistrados, promotores de justiça, advogados, procuradores, delegados de polícia, dentre outros).

Competência, Atitudes e Habilidades:

- Realizar construções intelectuais a partir de reflexões críticas sobre determinadas situações concretas do cotidiano, objetivando uma elaboração linguística e argumentativa embasada de forma coerente e consistente, de modo que seja utilizada adequadamente a linguagem oral e escrita em consonância com a técnica-jurídica, como também que seja possível desenvolver eficientemente a sociabilidade e a capacidade de iniciativa;
- Absorver adventos tecnológicos, tais como vídeo sob demanda, vídeo-

conferência, realidade virtual, sistemas multimídia etc., que são poderosos recursos para a concretização eficaz de ensino, pesquisa e extensão;

- Exercitar plenamente suas funções com ética e prática humanista, comprometida com a defesa dos direitos humanos e dos princípios fundamentais estabelecidos em nossa Carta Magna; e, sobretudo, com observância às pluralidades morais; com o respeito às diferenças, à tolerância e à cidadania; e, enfim, com a plena receptividade aos valores inerentes à dignidade humana. Tudo isso para que efetivamente tenhamos uma sociedade mais justa e solidária.

08. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico, articulado ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, que viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade. Reconhecida como importante pilar de sustentação das instituições de ensino.

Via de regra, as ações de extensão universitária tem como objetivo: 1. otimizar as relações de intercâmbio entre IES e sociedade, estimulando a troca de saberes; 2. propiciar mecanismos para que as pessoas e as instituições utilizem o conhecimento existente na realização das suas atividades; 3. estimular a contribuição da universidade para o desenvolvimento da sociedade; 4. articular o ensino e a pesquisa, tendo em vista o processo de formação do aluno e 5. Fomentar o processo de produção do conhecimento a partir do trabalho extensionista.

Considerando a necessidade da UEPB, de cumprir sua função social através das atividades de extensão, materializadas na relação Universidade e sociedade, bem como, a compreensão de que a atividade de extensão universitária é uma excelente oportunidade para o aluno construir laços entre o saber popular e o acadêmico e também, vivenciar a articulação entre teoria e prática, no processo de formação discente, nossa instituição subdivide as ações extensionistas da seguinte forma: 1. Programa (conjunto articulado de Projetos e outras ações de extensão (Cursos, Eventos, e Prestação de Serviço), preferencialmente integrados ao ensino e a pesquisa, e essencialmente caracterizando-se pela articulação de diferentes departamentos e/ou diferentes centros). Tem o caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo. 2. Projeto (ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado); 3. Curso (ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos); 4. Evento (ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou

reconhecido pela Universidade) e 5. Prestação de Serviço (realização de trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc.); a prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem).

No campo do Direito, as ações extensionistas constituem um instrumento essencial para a inserção da Universidade no meio social, ampliando as ações e as sintonizando com a comunidade. As possibilidades de intervenção podem ocorrer de variadas formas, todavia, em nossa área de atuação, pode-se generalizar essa contribuição através da busca constante para asseverar a luta pela preservação dos direitos do cidadão.

São fundamentos da República Federativa do Brasil: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades regionais, promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, como bem dispõe a nossa Constituição Federal. Esses fundamentos, porém, estão longe de corresponder à realidade da nossa Nação.

Nesse contexto, os estudantes universitários, sobretudo os da área do Direito, podem atuar na comunidade, para que essa seja capaz de encontrar em seu seio soluções para os problemas que a atinge, levando a Universidade a contribuir com uma verdadeira mudança social, proporcionando como efeito colateral de tal intervenção: o exercício pleno da cidadania.

As ações extensionistas no campo do Direito, via de regra, promovem através da troca entre os saberes jurídico e popular a noção de que o ser humano é titular de direitos e garantias fundamentais, assim como de deveres, sendo englobados nessa formação de consciência aspectos sociais, culturais, econômicos, coletivos, meio ambiente, paz, fraternidade e democracia. O convívio estabelecido entre a Universidade e comunidade proporciona o saber popular que a academia não nos proporciona, humanizando cada vez mais o futuro operador do Direito.

GRUPOS DE PESQUISA/LINHAS DE PESQUISA

1) *Estado, direitos fundamentais e legitimação judicial:*

a) Estado e domínio econômico; b) Estado e modelo constitucional; c) Estado

e política tributária;

2) *Interesses metaindividuais:*

a) A proteção dos consumidores na sociedade tecnológica; b) Direito ambiental e cidadania: avaliação crítica e efetividade; c) Interesses metaindividuais e cidadania;

3) *Novos paradigmas constitucionais:*

a) Constituição, exclusão social e eficácia dos direitos fundamentais; b) Fontes do Direito, controle de constitucionalidade e separação dos poderes.

4) *Direito, tecnologia e realidade social: paradoxos, desafios e alternativas:*

a) Bioética e Direitos Humanos; b) Violência urbana e políticas sociais de manutenção da ordem; c) Criminalidade violenta, incluindo grupos suscetíveis de vulnerabilidade.

5) *Direito e Novas Tecnologias:*

a) Ciências Criminais e Novas Tecnologias; b) Acesso à Justiça, Tecnologia da Informação e Solução de Conflitos; c) Transformações das Relações Privadas em Meios Eletrônicos; d) E-democracia, E-Governo e Participação Popular.

6) *Direito, Sociedade e Realidade Urbana:*

a) Ordem Jurídica e Desafios Urbanos; b) Relações de Trabalho, Tributação e Políticas Públicas.

DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

O Núcleo de Prática Jurídica do CCJ justifica-se inicialmente por sua obrigatoriedade prevista no art. 7º da Resolução nº 9/2004/CNE/CES, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito, estabelecendo o Estágio Supervisionado como Componente Curricular Obrigatório, devendo ser realizado na própria instituição através do Núcleo de Prática Jurídica ou em convênio com outros órgãos. Assim sendo, pelo presente projeto, o Estágio Supervisionado cursado simultaneamente com as disciplinas de Prática Jurídica, contemplam seis áreas fundamentais, a saber: I – Cível; II -Trabalhista/Previdenciária, III - Tributária/Administrativa; - e IV – Penal; tendo estes componentes carga horária total de 210 (duzentas e dez horas), devendo ser cursadas no Núcleo de Prática Jurídica. Para o desenvolvimento desta proposta, poderá ser cumprida até 50% da referida carga horária em ambiente externo à unidade acadêmica (CCJ).

O referido componente curricular deverá primar pelo atendimento à comunidade, para orientação e, se necessária, assistência judiciária, com feitura de peças, participação em audiências, acompanhamento do trâmite processual, além do recurso aos meios alternativos de solução de conflitos, como arbitragem, mediação e conciliação.

Além da previsão legal, a existência do Núcleo está fortemente amparada na intrínseca relação entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Isso porque suas atividades aliam embasamento teórico (contemplando pesquisas doutrinárias e jurisprudenciais) e prático (através de atividades relacionadas aos estágios obrigatórios e não obrigatórios, realizados no âmbito do Núcleo de Prática Jurídica – NPJ e por convênio com outras instituições, escritórios de advocacia, além de práticas extensionistas). Neste último aspecto, constitui pretensão deste Centro, a implementação de convênios com o Poder Judiciário (tanto federal quanto estadual), Poder Executivo (a exemplo de órgãos como o PROCON municipal, sistema penitenciário, INSS e Recebedoria de rendas), Poder Legislativo local, Ministério Público, Defensoria Pública e Procuradora Jurídica desta IES. Além disso, convém registrar a importância da criação no próprio CCJ de extensões de instâncias jurídicas, como um Juizado Especial e uma Câmara de Conciliação e Arbitragem, os quais contribuiriam sobremaneira para o aprendizado de nosso alunado.

Neste mesmo sentido, mister ressaltar que o atendimento à comunidade através do NPJ e de práticas extensionistas, que já vêm sendo desenvolvidas, extrapolam os muros acadêmicos e contribuem para uma efetiva retribuição à sociedade, dada a natureza pública desta Instituição, através da melhoria da sua qualidade de vida, no tocante à assessoria jurídica e assistência judiciária, em outras palavras, esclarecimento de direitos e deveres e atendimento de demandas judiciais.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem por finalidade “promover a qualificação, a interação e a sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo pertinente à profissão e a formação acadêmica para as diversas áreas do conhecimento”. É o resultado “de uma atividade acadêmica orientada, de natureza técnica e/ou filosófica e/ou científica e/ou artística, de caráter integrador e multidisciplinar, relacionada a uma das linhas de pesquisa do curso” (RESOLUÇÃO/UEPB/CONSEPE/068/2015).

É um componente curricular obrigatório desenvolvido mediante orientação e

avaliação docente, distribuído em dois semestres que correspondem ao TCC I e TCC II - com carga horária de 60 h/a cada. O TCC I é a preparação do projeto ou do plano de trabalho, cabendo ao professor orientador avaliar o desempenho do estudante e atribuir uma nota através de parecer dirigido à Coordenação do TCC. Em continuidade, o TCC II é a elaboração de um texto escrito e a apresentação oral em sessão aberta ao público, segundo critérios do guia de normalização institucional do sistema integrado de bibliotecas da UEPB e produzido em conformidade com as orientações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A avaliação do TCC II será o resultado da média aritmética das notas atribuídas por Banca Examinadora em parecer escrito contendo as devidas considerações, arguições, sugestões e a nota.

O TCC poderá ser elaborado sob a forma de estudo de caso, artigo científico, produto midiático, monografia e/ou relato de experiência, ou relatório de projeto experimental.

Já as AACC (Atividades Acadêmico Científico Cultural) são aquelas não compreendidas nas práticas pedagógicas previstas no desenvolvimento regular dos componentes curriculares, obrigatórios ou eletivos, e adequadas à formação acadêmica e ao aprimoramento profissional do graduando em Direito.

Tais atividades categorizam-se nos seguintes grupos:

I - Monitorias: adstritas aos componentes pertencentes ao curso;

II - Pesquisa: são consideradas como tais, a Iniciação Científica, a publicação de textos científicos, pesquisas desenvolvidas por meio de grupo cadastrado pelo CNPq, certificado pela Instituição e, apresentação de trabalhos em eventos culturais ou científicos. No tocante à publicação de texto científicos e apresentação de trabalhos em eventos culturais ou científicos, fica estabelecida a carga horária de 30 (trinta) horas. Para as demais atividades, é considerada a carga horária constante em certificado expedido pelo evento ou coordenação do grupo de estudo;

III - Extensão (desde que certificadas pelo PROEAC);

IV - Eventos na área do Direito (Seminários, Palestras, Simpósios, Congressos, Jornadas, Conferência e Encontros, dentre outros. Podendo ser internacionais, nacionais, regionais ou locais);

V - Prática Jurídica, além da obrigatória (certificada pela Coordenação de Estágio da UEPB);

VI - Cursos de Conteúdo Jurídico;

VII - Eventos em área afim ao Direito;

VIII - Representações estudantis no âmbito institucional: exercida em órgãos colegiados (Colegiado de Curso, Conselho de Centro, CONSEPE e CONSUNI, dentre outros).

As AACC deverão totalizar 400 (quatrocentas) horas para integralização curricular e deverão ser desenvolvidas a partir do ingresso no Curso de Direito. A avaliação e o controle da execução das AACC ficará a cargo da Coordenação do Curso.

À exceção dos Eventos em área afim ao Direito e das Representações Estudantis, que terão um limite máximo de 100 (cem) horas, cada; as demais poderão totalizar até 200 (duzentas) horas máximas, cada, para integralização curricular.

09. METODOLOGIAS DE ENSINO E AVALIAÇÃO

No desenvolvimento do nosso Projeto Político-pedagógico, iniciamos nossas discussões a partir da perspectiva de Paulo Roberto Padilha, que seguindo o pensamento de Paulo Freire, afirma que na construção de um Projeto Político-pedagógico:

[...] as pessoas ressignificam suas experiências, refletem suas práticas, resgatam, reafirmam e atualizam valores, explicitam seus sonhos e utopias, demonstram seus saberes, dão sentido aos seus projetos individuais e coletivos, reafirmam suas identidades, estabelecem novas relações de convivência e indicam um horizonte de novos caminhos, possibilidades e propostas de ação.

Portanto, foi com reflexão nessas concepções que procuramos trabalhar dentro de um eixo científico de democratização do saber, sempre buscando por uma participação ativa de todos que compõem o Curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Estadual da Paraíba. Assim, ao elaborarmos o nosso projeto, assumimos nossos “sonhos, saberes, utopias, ideais e identidades”, tendo sido tudo isso que tornou este um momento precioso, pois, além de pudermos interagir, tivemos a relevante oportunidade de aprendermos, conjuntamente, uns com os outros. De modo que, percebemos que é a partir da pluralidade que podemos elaborar o seguinte pensamento: o que nos une? Os saberes, as experiências, as identidades são diferentes, mas que sonhos e valores temos em comum? Logo, foi baseada nessa perspectiva metodológica que tornou-se possível a construção de um só projeto, que abandonasse interesses individuais e firmasse compromisso com o sonho coletivo.

Nesse sentido, para a elaboração do presente Projeto Político-pedagógico foi formada uma comissão por iniciativa do Colegiado do Curso, a qual realizou inúmeras reuniões, como também promoveu palestras com professoras do Curso de Pedagogia, a fim de envolver tanto o corpo docente quanto o discente (havendo, inclusive, aplicação de questionários para facilitar as sugestões e críticas dos alunos); além disso, foram feitas extensas pesquisas em outras instituições. Por fim, nas Assembléias Departamentais, foram desenvolvidas “Programações de Reuniões” entre o corpo docente, por áreas de afinidade temática, a fim de que

podéssemos obter sugestões mais consensuais.

Na elaboração deste projeto, foi utilizada uma perspectiva metodológica de natureza pragmática-fenomenológica, baseada em relatos de vivência acadêmica dos docentes, bem como considerando as narrativas dos discentes com relação às necessidades e urgências do nosso curso jurídico, tudo isso com o intuito de melhor revelar a nossa realidade institucional e social, de modo que pudéssemos articular a construção de um novo Curso de Direito.

O presente projeto justifica-se pelo fato de que o campo das ciências jurídicas acompanha as constantes transformações verificadas na sociedade, em virtude dos avanços científicos e tecnológicos.

Ademais, na Modernidade Contemporânea, o acesso à Justiça torna-se cada vez mais possível a partir das inter-relações com variadas esferas de saber científico, sendo imprescindível novos olhares para uma compreensão mais calcada na realidade social brasileira. Nesse sentido, inserimos novos conteúdos, buscando acompanhar as discussões jurídicas decorrentes das transformações culturais, políticas, econômicas e sociais. Logo, introduzimos inovações conteudísticas, tais como: Direitos Humanos, Direitos Sociais, Difusos e Coletivos, Bioética, Meios Alternativos de Solução de Conflitos, Processo Constitucional, dentre outros. Além disso, atualizamos a nomenclatura de alguns componentes curriculares.

Justificamos também quanto à carga horária e semestralidade propostas, a partir das disposições normativas institucionais previstas nas seguintes deliberações do órgão colegiado superior: Resolução/UEPB/CONSEPE/068/15 (art. 6º).

Em síntese, iniciamos a estruturação deste projeto a partir de reflexões e discussões baseadas em uma metodologia indutiva e dialética, sempre procurando na empiria as experiências vividas pelos nossos docentes, como também analisando atentamente as inquietações e anseios do corpo discente. Assim, utilizamos métodos de procedimento metodológico, tendo por fundamento dados estatísticos e etnográficos relacionados com a realidade concreta da maioria dos professores que compõe o Curso de Direito da UEPB, sendo isso desenvolvido por meio de técnicas de observação direta, de relatos referentes à “experiência íntima” dos docentes com relação ao (s) seu (s) conteúdo (s), bem como a outras disciplinas relacionadas com a vivência acadêmica “daquele” professor. Ademais, tivemos a preocupação de fazer as devidas análises de conteúdo de cada ementa constante na estrutura

curricular, com o objetivo de elaborar uma descrição sistemática, objetiva e qualitativa do conteúdo em apreciação. Outrossim, tomamos por fundamento as propostas do Ministério de Educação e Cultura (MEC) para a elaboração de cursos superiores; de modo igual, analisamos minuciosamente o texto da Lei de Diretrizes Básicas da Educação; entre outros documentos pertinentes à matéria.

SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

Do projeto político-pedagógico

Na realização deste projeto, inicialmente foram estabelecidas a periodicidade e a forma como seria elaborado. De modo que o mesmo adota o modelo de flexibilidade para eventuais ajustes, sendo esse procedimento realizado “cumulativamente pelo NDE, Colegiado do Curso e pela PROGRAD, a cada ano de implementação, quando aos seguintes itens: bibliografia; ementa, desde que não haja mudança de nomes de Componentes Curriculares; ajustes de carga horária, em conformidade com legislação em vigor; mudança no ordenamento dos Componentes do período; e inclusão ou exclusão de componentes, em casos excepcionais, desde que não altere o perfil do egresso nem a carga horária do Curso”; consonância com a RESOLUÇÃO/UEPB/CONSEPE/068/2015.

Assim, não basta elaborar o Projeto Político-Pedagógico do Curso, sendo imprescindível indicar estratégias para a sua implementação. Logo, por sua dinamicidade, requer envolvimento dos segmentos que integram toda comunidade acadêmica, em uma perspectiva de permanente revisão das suas práticas, sempre buscando a colaboração técnica dos órgãos competentes para realização de uma auto avaliação.

Dos discentes

Na verificação do ensino/aprendizagem, será considerado o rendimento pedagógico e acadêmico do aluno ao final do período letivo e também durante todo o processo, observando-se as práticas utilizadas pelo docente. Portanto, o processo de avaliação deve ser dinâmico e contínuo, para que as partes envolvidas possam discutir os problemas que estão ou não facilitando o ensino-aprendizagem.

10. DIMENSÃO FORMATIVA

Básico Comum	
ADM01091	ECONOMIA GERAL E JURÍDICA
DIR01029	METODOLOGIA CIENTÍFICA
DIR01077	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA I
DIR01078	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA II
Básico Específico do Curso	
DIR01014	ANTROPOLOGIA SOCIAL E JURÍDICA
DIR01013	DIREITO ADMINISTRATIVO
DIR01019	DIREITO AMBIENTAL
DIR01001	DIREITO CIVIL I
DIR01002	DIREITO CIVIL II
DIR01003	DIREITO CIVIL III
DIR01008	DIREITO CIVIL IV
DIR01005	DIREITO CIVIL V
DIR01007	DIREITO CIVIL VI
DIR01009	DIREITO CIVIL VII
DIR01012	DIREITO CIVIL VIII
DIR01103	DIREITO CONSTITUCIONAL POSITIVO
DIR01057	DIREITO DO CONSUMIDOR
DIR01041	DIREITO DO TRABALHO I
DIR01042	DIREITO DO TRABALHO II
DIR01038	DIREITO EMPRESARIAL I
DIR01039	DIREITO EMPRESARIAL II
DIR01040	DIREITO EMPRESARIAL III
DIR01051	DIREITO FINANCEIRO
DIR01076	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO
DIR01075	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO
DIR01034	DIREITO PENAL I

DIR01035	DIREITO PENAL II
DIR01036	DIREITO PENAL III
DIR01037	DIREITO PENAL IV
DIR01058	DIREITO PREVIDENCIÁRIO
DIR01043	DIREITO PROCESSUAL CIVIL I
DIR01044	DIREITO PROCESSUAL CIVIL II
DIR01045	DIREITO PROCESSUAL CIVIL III
DIR01046	DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV
DIR01105	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO
DIR01047	DIREITO PROCESSUAL PENAL I
DIR01048	DIREITO PROCESSUAL PENAL II
DIR01049	DIREITO PROCESSUAL PENAL III
DIR01050	DIREITO PROCESSUAL PENAL IV
DIR01052	DIREITO TRIBUTÁRIO I
DIR01111	DIREITO TRIBUTÁRIO II
DIR01085	DIREITO URBANÍSTICO
DIR01055	DIREITOS SOCIAIS, DIFUSOS E COLETIVOS
DIR01032	ÉTICA GERAL E JURÍDICA
DIR01033	FILOSOFIA GERAL E JURÍDICA
DIR01026	HISTÓRIA DO DIREITO
DIR01027	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO I
DIR01031	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO II
DIR01028	LINGUAGEM E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA
DIR01082	MEDICINA LEGAL
DIR01056	MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS
DIR01069	PRÁTICA JURÍDICA I (CÍVEL)
DIR01071	PRÁTICA JURÍDICA II (TRABALHISTA E
DIR01072	PRÁTICA JURÍDICA III (TRIBUTÁRIA E ADMINISTRATIVA)
DIR01074	PRÁTICA JURÍDICA IV (PENAL)
DIR01084	PROCESSO CONSTITUCIONAL
DIR01083	PSICOLOGIA JURÍDICA E PSIQUIATRIA FORENSE

DIR01030	SOCIOLOGIA GERAL E JURÍDICA
DIR01022	TEORIA DA CONSTITUIÇÃO
DIR01021	TEORIA DO ESTADO
Básico Específico de Estágio	
DIR01063	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I
DIR01064	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II
DIR01065	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III
DIR01067	ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV
Básico Específico de TCC	
DIR01079	TCC I
DIR01080	TCC II
Complementar Eletivo	
DIR01015	BIOÉTICA
DIR01016	CRIMINOLOGIA
DIR01017	DIREITO AGRÁRIO
DIR01087	DIREITO DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO
DIR01086	DIREITO DA INTEGRAÇÃO
DIR01088	DIREITO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DIR01089	DIREITO ECONÔMICO
DIR01090	DIREITO ELEITORAL
DIR01095	DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL MILITAR
DIR01096	DIREITO PENITENCIÁRIO
DIR01097	DIREITO REGISTRAL
DIR01098	DIREITOS HUMANOS
DIR01100	EDUCAÇÃO FISCAL
DIR01101	LEGISLAÇÃO PENAL ESPECÍFICA
DIR01102	PROPRIEDADE INTELECTUAL

11. INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

Tipo	Carga Horaria	%
Básico Comum	120	3,19%
Básico Específico de Estágio	210	5,59%
Básico Específico de TCC	120	3,19%
Básico Específico do Curso	2760	73,40%
Complementar (AACC)*	400	10,64%
Complementar (Eletivos e Livres)	150	3,99%
Livres **	30	0,80%
Total	3760	100,00 %

* AACC: Atividade Acadêmico Científico-Cultural.

** Carga horária máxima de componentes livres não inclusa no total.

12. PLANO INTEGRALIZAÇÃO

TURNO DIURNO

Semestre 1

Componente Curricular	Cód	T	P	O	D	L	Total	Pré-requisito
ANTROPOLOGIA SOCIAL E JURÍDICA	DIR01014	30	0	0	0	0	30	
ECONOMIA GERAL E JURÍDICA	ADM01091	30	0	0	0	0	30	
HISTÓRIA DO DIREITO	DIR01026	60	0	0	0	0	60	
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO I	DIR01027	30	0	0	0	0	30	
LINGUAGEM E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA	DIR01028	30	0	0	0	0	30	
METODOLOGIA CIENTÍFICA	DIR01029	30	0	0	0	0	30	
SOCIOLOGIA GERAL E JURÍDICA	DIR01030	60	0	0	0	0	60	
TEORIA DO ESTADO	DIR01021	60	0	0	0	0	60	
Total Semestre		330	0	0	0	0	330	

Semestre 2

Componente Curricular	Cód	T	P	O	D	L	Total	Pré-requisito
DIREITO CIVIL I	DIR01001	60	0	0	0	0	60	
DIREITO PENAL I	DIR01034	60	0	0	0	0	60	
ÉTICA GERAL E JURÍDICA	DIR01032	30	0	0	0	0	30	
FILOSOFIA GERAL E JURÍDICA	DIR01033	60	0	0	0	0	60	
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO II	DIR01031	60	0	0	0	0	60	DIR01027
TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	DIR01022	60	0	0	0	0	60	DIR01021
Total Semestre		330	0	0	0	0	330	

Semestre 3

Componente Curricular	Cód	T	P	O	D	L	Total	Pré-requisito
Eletiva	---	30	0	0	0	0	30	
DIREITO ADMINISTRATIVO	DIR01013	60	0	0	0	0	60	
DIREITO CIVIL II	DIR01002	60	0	0	0	0	60	DIR01001
DIREITO CONSTITUCIONAL POSITIVO	DIR01103	60	0	0	0	0	60	DIR01022
DIREITO EMPRESARIAL I	DIR01038	60	0	0	0	0	60	DIR01001
DIREITO PENAL II	DIR01035	60	0	0	0	0	60	DIR01034
Total Semestre		330	0	0	0	0	330	

Semestre 4

Componente Curricular	Cód	T	P	O	D	L	Total	Pré-requisito
DIREITO CIVIL III	DIR01003	60	0	0	0	0	60	DIR01002
DIREITO DO TRABALHO I	DIR01041	60	0	0	0	0	60	DIR01038
DIREITO EMPRESARIAL II	DIR01039	60	0	0	0	0	60	DIR01038
DIREITO PENAL III	DIR01036	60	0	0	0	0	60	DIR01035
DIREITO PROCESSUAL CIVIL I	DIR01043	60	0	0	0	0	60	
DIREITOS SOCIAIS, DIFUSOS E COLETIVOS	DIR01055	30	0	0	0	0	30	DIR01103
Total Semestre		330	0	0	0	0	330	

Semestre 5

Componente Curricular	Cód	T	P	O	D	L	Total	Pré-requisito
DIREITO CIVIL IV	DIR01008	30	0	0	0	0	30	DIR01003
DIREITO DO TRABALHO II	DIR01042	30	0	0	0	0	30	DIR01041
DIREITO EMPRESARIAL III	DIR01040	60	0	0	0	0	60	DIR01038
DIREITO FINANCEIRO	DIR01051	60	0	0	0	0	60	ADM01091
DIREITO PENAL IV	DIR01037	30	0	0	0	0	30	DIR01036
DIREITO PROCESSUAL CIVIL II	DIR01044	60	0	0	0	0	60	DIR01043
DIREITO PROCESSUAL PENAL I	DIR01047	60	0	0	0	0	60	
Total Semestre		330	0	0	0	0	330	

Semestre 6

Componente Curricular	Cód	T	P	O	D	L	Total	Pré-requisito
DIREITO CIVIL V	DIR01005	60	0	0	0	0	60	DIR01001
DIREITO PROCESSUAL CIVIL III	DIR01045	60	0	0	0	0	60	DIR01044
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	DIR01105	60	0	0	0	0	60	DIR01043
DIREITO PROCESSUAL PENAL II	DIR01048	60	0	0	0	0	60	DIR01047
DIREITO TRIBUTÁRIO I	DIR01052	60	0	0	0	0	60	DIR01051
MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	DIR01056	30	0	0	0	0	30	DIR01043
Total Semestre		330	0	0	0	0	330	

Semestre 7

Componente Curricular	Cód	T	P	O	D	L	Total	Pré-requisito
DIREITO CIVIL VI	DIR01007	30	0	0	0	0	30	
DIREITO DO CONSUMIDOR	DIR01057	30	0	0	0	0	30	DIR01003 DIR01055
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	DIR01058	30	0	0	0	0	30	DIR01042
DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV	DIR01046	60	0	0	0	0	60	DIR01045
DIREITO PROCESSUAL PENAL III	DIR01049	60	0	0	0	0	60	DIR01048
DIREITO TRIBUTÁRIO II	DIR01111	30	0	0	0	0	30	
ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	DIR01063	0	30	30	0	0	60	DIR01045
PRÁTICA JURÍDICA I (CÍVEL)	DIR01069	15	15	0	0	0	30	DIR01043
Total Semestre		255	45	30	0	0	330	

Semestre 8

Componente Curricular	Cód	T	P	O	D	L	Total	Pré-requisito
Eletiva	---	30	0	0	0	0	30	
DIREITO CIVIL VII	DIR01009	60	0	0	0	0	60	DIR01001
DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	DIR01075	60	0	0	0	0	60	DIR01103
DIREITO PROCESSUAL PENAL IV	DIR01050	60	0	0	0	0	60	DIR01049
ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	DIR01064	0	30	30	0	0	60	DIR01063
MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA I	DIR01077	30	0	0	0	0	30	DIR01029
PRÁTICA JURÍDICA II (TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA)	DIR01071	15	15	0	0	0	30	DIR01069
Total Semestre		255	45	30	0	0	330	

Semestre 9

Componente Curricular	Cód	T	P	O	D	L	Total	Pré-requisito
DIREITO AMBIENTAL	DIR01019	60	0	0	0	0	60	
DIREITO CIVIL VIII	DIR01012	60	0	0	0	0	60	DIR01009
DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	DIR01076	60	0	0	0	0	60	DIR01103
ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	DIR01065	0	30	30	0	0	60	DIR01064
MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA II	DIR01078	30	0	0	0	0	30	DIR01077
PRÁTICA JURÍDICA III (TRIBUTÁRIA E ADMINISTRATIVA)	DIR01072	15	15	0	0	0	30	DIR01071
TCC I	DIR01079	0	0	60	0	0	60	
Total Semestre		225	45	90	0	0	360	

Semestre 10

Componente Curricular	Cód	T	P	O	D	L	Total	Pré-requisito
Eletiva	---	60	0	0	0	0	60	
DIREITO URBANÍSTICO	DIR01085	60	0	0	0	0	60	DIR01103
Eletiva	---	30	0	0	0	0	30	
ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	DIR01067	0	15	15	0	0	30	DIR01065
MEDICINA LEGAL	DIR01082	30	0	0	0	0	30	DIR01050
PRÁTICA JURÍDICA IV (PENAL)	DIR01074	15	15	0	0	0	30	DIR01072
PROCESSO CONSTITUCIONAL	DIR01084	30	0	0	0	0	30	DIR01043
PSICOLOGIA JURÍDICA E PSIQUIATRIA FORENSE	DIR01083	30	0	0	0	0	30	DIR01050
TCC II	DIR01080	0	0	60	0	0	60	DIR01079
Total Semestre		255	30	75	0	0	360	

	T	P	O	D	L	Total	
Total por Dimensão Formativa	2970	165	225	0	0	3360	

TURNO NOTURNO

Semestre 1

Componente Curricular	Cód	T	P	O	D	L	Total	Pré-requisito
ANTROPOLOGIA SOCIAL E JURÍDICA	DIR01014	30	0	0	0	0	30	
HISTÓRIA DO DIREITO	DIR01026	60	0	0	0	0	60	
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO I	DIR01027	30	0	0	0	0	30	
LINGUAGEM E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA	DIR01028	30	0	0	0	0	30	
METODOLOGIA CIENTÍFICA	DIR01029	30	0	0	0	0	30	
SOCIOLOGIA GERAL E JURÍDICA	DIR01030	60	0	0	0	0	60	
TEORIA DO ESTADO	DIR01021	60	0	0	0	0	60	
Total Semestre		300	0	0	0	0	300	

Semestre 2

Componente Curricular	Cód	T	P	O	D	L	Total	Pré-requisito
DIREITO CIVIL I	DIR01001	60	0	0	0	0	60	
ECONOMIA GERAL E JURÍDICA	ADM01091	30	0	0	0	0	30	
ÉTICA GERAL E JURÍDICA	DIR01032	30	0	0	0	0	30	
FILOSOFIA GERAL E JURÍDICA	DIR01033	60	0	0	0	0	60	
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO II	DIR01031	60	0	0	0	0	60	DIR01027
TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	DIR01022	60	0	0	0	0	60	DIR01021
Total Semestre		300	0	0	0	0	300	

Semestre 3

Componente Curricular	Cód	T	P	O	D	L	Total	Pré-requisito
DIREITO ADMINISTRATIVO	DIR01013	60	0	0	0	0	60	
DIREITO CIVIL II	DIR01002	60	0	0	0	0	60	DIR01001
DIREITO CONSTITUCIONAL POSITIVO	DIR01103	60	0	0	0	0	60	DIR01022
DIREITO EMPRESARIAL I	DIR01038	60	0	0	0	0	60	DIR01001
DIREITO PENAL I	DIR01034	60	0	0	0	0	60	
Total Semestre		300	0	0	0	0	300	

Semestre 4

Componente Curricular	Cód	T	P	O	D	L	Total	Pré-requisito
Eletiva	---	30	0	0	0	0	30	
DIREITO CIVIL III	DIR01003	60	0	0	0	0	60	DIR01002
DIREITO DO TRABALHO I	DIR01041	60	0	0	0	0	60	DIR01038
DIREITO EMPRESARIAL II	DIR01039	60	0	0	0	0	60	DIR01038
DIREITO PENAL II	DIR01035	60	0	0	0	0	60	DIR01034
DIREITOS SOCIAIS, DIFUSOS E COLETIVOS	DIR01055	30	0	0	0	0	30	DIR01103
Total Semestre		300	0	0	0	0	300	

Semestre 5

Componente Curricular	Cód	T	P	O	D	L	Total	Pré-requisito
DIREITO CIVIL IV	DIR01008	30	0	0	0	0	30	DIR01003
DIREITO DO TRABALHO II	DIR01042	30	0	0	0	0	30	DIR01041
DIREITO EMPRESARIAL III	DIR01040	60	0	0	0	0	60	DIR01038
DIREITO FINANCEIRO	DIR01051	60	0	0	0	0	60	ADM01091
DIREITO PENAL III	DIR01036	60	0	0	0	0	60	DIR01035
DIREITO PROCESSUAL CIVIL I	DIR01043	60	0	0	0	0	60	
Total Semestre		300	0	0	0	0	300	

Semestre 6

Componente Curricular	Cód	T	P	O	D	L	Total	Pré-requisito
DIREITO CIVIL V	DIR01005	60	0	0	0	0	60	DIR01001
DIREITO PENAL IV	DIR01037	30	0	0	0	0	30	DIR01036
DIREITO PROCESSUAL CIVIL II	DIR01044	60	0	0	0	0	60	DIR01043
DIREITO PROCESSUAL PENAL I	DIR01047	60	0	0	0	0	60	
DIREITO TRIBUTÁRIO I	DIR01052	60	0	0	0	0	60	DIR01051
MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	DIR01056	30	0	0	0	0	30	DIR01043
Total Semestre		300	0	0	0	0	300	

Semestre 7

Componente Curricular	Cód	T	P	O	D	L	Total	Pré-requisito
DIREITO CIVIL VI	DIR01007	30	0	0	0	0	30	
DIREITO DO CONSUMIDOR	DIR01057	30	0	0	0	0	30	DIR01003 DIR01055
DIREITO PROCESSUAL CIVIL III	DIR01045	60	0	0	0	0	60	DIR01044
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	DIR01105	60	0	0	0	0	60	DIR01043
DIREITO PROCESSUAL PENAL II	DIR01048	60	0	0	0	0	60	DIR01047
DIREITO TRIBUTÁRIO II	DIR01111	30	0	0	0	0	30	
PROCESSO CONSTITUCIONAL	DIR01084	30	0	0	0	0	30	DIR01043
Total Semestre		300	0	0	0	0	300	

Semestre 8

Componente Curricular	Cód	T	P	O	D	L	Total	Pré-requisito
DIREITO CIVIL VII	DIR01009	60	0	0	0	0	60	DIR01001
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	DIR01058	30	0	0	0	0	30	DIR01042
DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV	DIR01046	60	0	0	0	0	60	DIR01045
DIREITO PROCESSUAL PENAL III	DIR01049	60	0	0	0	0	60	DIR01048
ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	DIR01063	0	30	30	0	0	60	DIR01045
PRÁTICA JURÍDICA I (CÍVEL)	DIR01069	15	15	0	0	0	30	DIR01043
Total Semestre		225	45	30	0	0	300	

Semestre 9

Componente Curricular	Cód	T	P	O	D	L	Total	Pré-requisito
DIREITO CIVIL VIII	DIR01012	60	0	0	0	0	60	DIR01009
DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	DIR01075	60	0	0	0	0	60	DIR01103
DIREITO PROCESSUAL PENAL IV	DIR01050	60	0	0	0	0	60	DIR01049
ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	DIR01064	0	30	30	0	0	60	DIR01063
MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA I	DIR01077	30	0	0	0	0	30	DIR01029
PRÁTICA JURÍDICA II (TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA)	DIR01071	15	15	0	0	0	30	DIR01069
Total Semestre		225	45	30	0	0	300	

Semestre 10

Componente Curricular	Cód	T	P	O	D	L	Total	Pré-requisito
DIREITO AMBIENTAL	DIR01019	60	0	0	0	0	60	
DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	DIR01076	60	0	0	0	0	60	DIR01103
ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	DIR01065	0	30	30	0	0	60	DIR01064
MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA II	DIR01078	30	0	0	0	0	30	DIR01077
PRÁTICA JURÍDICA III (TRIBUTÁRIA E ADMINISTRATIVA)	DIR01072	15	15	0	0	0	30	DIR01071
PSICOLOGIA JURÍDICA E PSIQUIATRIA FORENSE	DIR01083	30	0	0	0	0	30	DIR01050
TCC I	DIR01079	0	0	60	0	0	60	
Total Semestre		195	45	90	0	0	330	

Semestre 11

Componente Curricular	Cód	T	P	O	D	L	Total	Pré-requisito
Eletiva	---	30	0	0	0	0	30	
Eletiva	---	60	0	0	0	0	60	
DIREITO URBANÍSTICO	DIR01085	60	0	0	0	0	60	DIR01103
Eletiva	---	30	0	0	0	0	30	
ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	DIR01067	0	15	15	0	0	30	DIR01065
MEDICINA LEGAL	DIR01082	30	0	0	0	0	30	DIR01050
PRÁTICA JURÍDICA IV (PENAL)	DIR01074	15	15	0	0	0	30	DIR01072
TCC II	DIR01080	0	0	60	0	0	60	DIR01079
Total Semestre		225	30	75	0	0	330	

T P O D L Total

Total por Dimensão Formativa	2970	165	225	0	0	3360	
-------------------------------------	-------------	------------	------------	----------	----------	-------------	--

Componentes Eletivos

Componente Curricular	Cod	T	P	O	D	L	Total	Pré-requisito
BIOÉTICA	DIR01015	30	0	0	0	0	30	DIR01001
CRIMINOLOGIA	DIR01016	30	0	0	0	0	30	
DIREITO AGRÁRIO	DIR01017	30	0	0	0	0	30	
DIREITO DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO	DIR01087	60	0	0	0	0	60	DIR01103
DIREITO DA INTEGRAÇÃO	DIR01086	30	0	0	0	0	30	DIR01103
DIREITO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	DIR01088	30	0	0	0	0	30	
DIREITO ECONÔMICO	DIR01089	30	0	0	0	0	30	DIR01103
DIREITO ELEITORAL	DIR01090	30	0	0	0	0	30	DIR01103
DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL MILITAR	DIR01095	30	0	0	0	0	30	DIR01037

DIREITO PENITENCIÁRIO	DIR01096	30	0	0	0	0	30	DIR01047
DIREITO REGISTRAL	DIR01097	30	0	0	0	0	30	DIR01001
DIREITOS HUMANOS	DIR01098	30	0	0	0	0	30	DIR01055
EDUCAÇÃO FISCAL	DIR01100	30	0	0	0	0	30	
LEGISLAÇÃO PENAL ESPECÍFICA	DIR01101	60	0	0	0	0	60	DIR01037
PROPRIEDADE INTELECTUAL	DIR01102	30	0	0	0	0	30	DIR01038
Total Semestre		510	0	0	0	0	510	

LEGENDA

- 1 - **Cód** - Código
- 2 - **T** - Teórica
- 3 - **P** - Prática
- 4 - **O** - Orientada
- 5 - **D** - Á Distância
- 6 - **L** - Laboratório

13. QUADRO DE EQUIVALÊNCIAS

Básico Comum

Código	Nome do Componente	CH	Equivalências
DIR01029	METODOLOGIA CIENTÍFICA	30	(221106) METODOLOGIA CIENTÍFICA (60)
DIR01077	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA I	30	(221203) MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA I (30)
DIR01078	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA II	30	(221904) MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA II (30)
ADM01091	ECONOMIA GERAL E JURÍDICA	30	

Básico Específico de Estágio

Código	Nome do Componente	CH	Equivalências
DIR01065	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	60	(221809) ESTAGIO SUPERVISIONADO III (30)
DIR01064	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	60	(221709) ESTÁGIO SUPERVISIONADO II (30)
DIR01063	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	60	(221608) ESTÁGIO SUPERVISIONADO I (30)
DIR01067	ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	30	(221905) ESTAGIO SUPERVISIONADO IV (30)

Básico Específico de TCC

Código	Nome do Componente	CH	Equivalências
DIR01080	TCC II	60	(222A07) TCC (0)
DIR01079	TCC I	60	(221906) TCC (0)

Básico Específico do Curso

Código	Nome do Componente	CH	Equivalências
DIR01052	DIREITO TRIBUTÁRIO I	60	(221601) DIREITO TRIBUTÁRIO I (60)
DIR01047	DIREITO PROCESSUAL PENAL I	60	(221606) DIREITO PROCESSUAL PENAL I (60)
DIR01048	DIREITO PROCESSUAL PENAL II	60	(221704) DIREITO PROCESSUAL PENAL II (60)
DIR01049	DIREITO PROCESSUAL PENAL III	60	(221804) DIREITO PROCESSUAL PENAL III (60)
DIR01058	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	30	(221504) DIREITO PREVIDENCIÁRIO (60)
DIR01057	DIREITO DO CONSUMIDOR	30	(221507) DIREITO DO CONSUMIDOR (30)
DIR01056	MEIOS ALTERNATIVOS DE	30	(221307) MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE

SOLUÇÃO DE CONFLITOS		30	CONFLITOS (30)
DIR01055	DIREITOS SOCIAIS, DIFUSOS E COLETIVOS	30	(221306) DIREITOS SOCIAIS, DIFUSOS E COLETIVOS (30)
DIR01050	DIREITO PROCESSUAL PENAL IV	60	(221902) DIREITO PROCESSUAL PENAL IV (60)
DIR01051	DIREITO FINANCEIRO	60	(221503) DIREITO FINANCEIRO (60)
DIR01111	DIREITO TRIBUTÁRIO II	30	(221707) DIREITO TRIBUTÁRIO II (60)
DIR01040	DIREITO EMPRESARIAL III	60	(221404) DIREITO EMPRESARIAL III (60)
DIR01105	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	60	(221505) DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO (60)
DIR01103	DIREITO CONSTITUCIONAL POSITIVO	60	(221302) DIREITO CONSTITUCIONAL POSITIVO (60)
DIR01030	SOCIOLOGIA GERAL E JURÍDICA	60	(221107) SOCIOLOGIA GERAL E JURÍDICA (60)
DIR01085	DIREITO URBANÍSTICO	60	(221009) DIREITO URBANÍSTICO (30)
DIR01084	PROCESSO CONSTITUCIONAL	30	(221406) PROCESSO CONSTITUCIONAL (30)
DIR01083	PSICOLOGIA JURÍDICA E PSIQUIATRIA FORENSE	30	(221807) PSICOLOGIA JURÍDICA E PSIQUIATRIA FORENSE (30)
DIR01082	MEDICINA LEGAL	30	(221806) MEDICINA LEGAL (30)
DIR01076	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	60	(221702) DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO (60)
DIR01075	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	60	(221603) DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO (60)
DIR01074	PRÁTICA JURÍDICA IV (PENAL)	30	(221A01) PRÁTICA JURÍDICA IV (PENAL) (30)
DIR01072	PRÁTICA JURÍDICA III (TRIBUTÁRIA E ADMINISTRATIVA)	30	(221805) PRÁTICA JURÍDICA III (TRIBUTÁRIA/ADMINISTRATIVA) (30)
DIR01071	PRÁTICA JURÍDICA II (TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA)	30	(221706) PRÁTICA JURÍDICA II (TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA) (30)
DIR01069	PRÁTICA JURÍDICA I (CÍVEL)	30	(221607) PRÁTICA JURÍDICA I (CÍVEL) (30)
DIR01046	DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV	60	(221901) DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV (60)
DIR01001	DIREITO CIVIL I	60	(221201) DIREITO CIVIL I (60)
DIR01026	HISTÓRIA DO DIREITO	60	(221103) HISTÓRIA DO DIREITO (30)
DIR01022	TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	60	(221208) TEORIA DA CONSTITUIÇÃO (60)
DIR01021	TEORIA DO ESTADO	60	(221108) TEORIA DO ESTADO (60)
DIR01019	DIREITO AMBIENTAL	60	(221705) DIREITO AMBIENTAL (60)
DIR01008	DIREITO CIVIL IV	30	(221501) DIREITO CIVIL IV (30)
DIR01014	ANTROPOLOGIA SOCIAL E JURÍDICA	30	(221101) ANTROPOLOGIA SOCIAL E JURÍDICA (30)
DIR01013	DIREITO ADMINISTRATIVO	60	(221401) DIREITO ADMINISTRATIVO (60)
DIR01012	DIREITO CIVIL VIII	60	(221903) DIREITO CIVIL VIII (60)

DIR01009	DIREITO CIVIL VII	60	(221801) DIREITO CIVIL VII (60)
DIR01007	DIREITO CIVIL VI	30	(221701) DIREITO CIVIL VI (30)
DIR01005	DIREITO CIVIL V	60	(222601) DIREITO CIVIL V (60)
DIR01003	DIREITO CIVIL III	60	(221402) DIREITO CIVIL III (60)
DIR01002	DIREITO CIVIL II	60	(221301) DIREITO CIVIL II (60)
DIR01027	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO I	30	(221104) INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO I (30)
DIR01028	LINGUAGEM E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA	30	(221105) LINGUAGEM E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA I (30)
DIR01039	DIREITO EMPRESARIAL II	60	(221304) DIREITO EMPRESARIAL II (60)
DIR01043	DIREITO PROCESSUAL CIVIL I	60	(221605) DIREITO PROCESSUAL CIVIL I (60)
DIR01041	DIREITO DO TRABALHO I	60	(221303) DIREITO DO TRABALHO I (60)
DIR01044	DIREITO PROCESSUAL CIVIL II	60	(221703) DIREITO PROCESSUAL CIVIL II (60)
DIR01042	DIREITO DO TRABALHO II	30	(221403) DIREITO DO TRABALHO II (30)
DIR01038	DIREITO EMPRESARIAL I	60	(221202) DIREITO EMPRESARIAL I (60)
DIR01037	DIREITO PENAL IV	30	(221604) DIREITO PENAL IV (60)
DIR01036	DIREITO PENAL III	60	(221502) DIREITO PENAL III (60)
DIR01035	DIREITO PENAL II	60	(221405) DIREITO PENAL II (30)
DIR01045	DIREITO PROCESSUAL CIVIL III	60	(221803) DIREITO PROCESSUAL CIVIL III (60)
DIR01034	DIREITO PENAL I	60	(221305) DIREITO PENAL I (60)
DIR01033	FILOSOFIA GERAL E JURÍDICA	60	(221102) FILOSOFIA GERAL E JURÍDICA (60)
DIR01032	ÉTICA GERAL E JURÍDICA	30	(221204) ÉTICA GERAL E JURÍDICA (30)
DIR01031	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO II	60	(221206) INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO II (60)

Complementar Eletivo

Código	Nome do Componente	CH	Equivalências
DIR01098	DIREITOS HUMANOS	30	(221010) DIREITOS HUMANOS (30)
DIR01100	EDUCAÇÃO FISCAL	30	
DIR01101	LEGISLAÇÃO PENAL ESPECÍFICA	60	(221012) LEGISLAÇÃO PENAL ESPECÍFICA (30)
DIR01102	PROPRIEDADE INTELECTUAL	30	(221014) PROPRIEDADE INTELECTUAL (30)
DIR01015	BIOÉTICA	30	(221003) BIOÉTICA (30)
DIR01097	DIREITO REGISTRAL	30	
DIR01096	DIREITO PENITENCIÁRIO	30	(221001) DIREITO PENITENCIÁRIO (30)

DIR01090	DIREITO ELEITORAL	30	(221407) DIREITO ELEITORAL (30)
DIR01089	DIREITO ECONÔMICO	30	(221006) DIREITO ECONÔMICO (30)
DIR01088	DIREITO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	30	(221002) DIREITO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (30)
DIR01087	DIREITO DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO	60	(221802) DIREITO DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO (60)
DIR01086	DIREITO DA INTEGRAÇÃO	30	(221005) DIREITO DA INTEGRAÇÃO (30)
DIR01016	CRIMINOLOGIA	30	(221004) CRIMINOLOGIA (30)
DIR01017	DIREITO AGRÁRIO	30	(221808) DIREITO AGRÁRIO (30)
DIR01095	DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL MILITAR	30	(221007) DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL MILITAR (30)

14. EMENTAS

Básico Comum

ADM01091 - ECONOMIA GERAL E JURÍDICA

Ementa

Fundamentos da Economia Jurídica. Os principais problemas de um sistema econômico e organização de suas atividades. Normas jurídicas e comportamento dos agentes econômicos. Princípios gerais de atividade econômica no Brasil. O papel do sistema financeiro nacional e do Banco Central. Globalização dos mercados e integração econômica. A intervenção do Estado na economia.

Referências

FARIA, Jose Eduardo. **O Direito na Economia Globalizada**. São Paulo: Malheiros.

GARCIA, Manuel E. e VASCONCELOS, Marco Antônio S. **Fundamentos da Economia**. São Paulo: Saraiva.

GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na Constituição de 1988**. São Paulo: Malheiros.

JANSEN, Letácio. **Introdução à Economia Jurídica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

NUSDEO, Fábio. **Curso de Economia: Introdução ao Direito Econômico**. São Paulo: RT.

VICECONTI, Paulo E. V. e NEVES, Silvério das. **Introdução à Economia**. São Paulo: Frase.

DIR01029 - METODOLOGIA CIENTÍFICA

Ementa

Conhecimento e Saber: O Conhecimento Científico e outros tipos de Conhecimentos. Principais Abordagens Metodológicas. Contextualização da Ciência Contemporânea.

Referências

BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito**. São Paulo: Saraiva.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas.

LAVILLE, Christian. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul LTDA.; Belo Horizonte: Editora UFMG.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas.

SILVA, José Maria da. **Apresentação de trabalhos acadêmicos: normas e técnicas**. Petrópolis: Vozes.

DIR01077 - MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA I

Ementa

Tipos de Trabalho Acadêmicos Científicos. Tipos de Pesquisa. Métodos e técnicas de pesquisa. O problema/objeto da pesquisa. Formulação de hipóteses e variáveis. Os instrumentos de investigação. Relação sujeito/objeto no campo de pesquisa. Elaboração de um projeto de pesquisa.

Referências

DESLANDES, Suely F. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes.

GALLIANO, A. Guilherme. **O método científico: teoria e prática**. São Paulo: Harbra.

ISKANDAR, J. I. **Normas da ABNT: comentada para trabalhos científicos**. Curitiba: Juruá.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas.

DIR01078 - MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA II

Ementa

Pesquisa e produção de conhecimento. Especificidades da pesquisa jurídica. Registro de informações. Normas da ABNT. Elaboração de TCC.

Referências

CASTILHO, Maria Augusta de. **Roteiro para elaboração de Monografia em Ciências Jurídicas**. São Paulo: Saraiva.

DIAS, Donaldo de Souza. **Como escrever uma monografia: manual de elaboração e exercícios**. São Paulo: Atlas.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas.

GIL, ANTONIO CARLOS. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez.

Básico Específico de Estágio

DIR01063 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

Ementa

Estudo de casos concretos na área Cível. Atividade do Núcleo de Prática Jurídica.

Referências

ARAÚJO, Luis Carlos. **Casos resolvidos de processo civil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

ARAÚJO JUNIOR, Gediel Claudino. **Prática no Processo Civil**. São Paulo: Atlas.

BORTOLAI, Edson Cosac. **Manual de Prática Forense Civil**. São Paulo: RT

CASELA, José Erasmo. **Manual de Prática Forense**. Tomo I. São Paulo: Saraiva.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Manual de Processo de Conhecimento**. São Paulo: Saraiva.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de Processo Civil**. São Paulo: Atlas.

DIR01064 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

Ementa

Estudo de casos concretos na área Trabalhista e Previdenciária. Atividade do Núcleo de Prática Jurídica.

Referências

CABRAL, Alberto Franqueira: **Cálculo de Verbas Trabalhistas & Procedimentos Sumaríssimo**. Rio de Janeiro: Impetus.

KERTZMAN, Ivan: **Curso prático de Direito Previdenciário**. São Paulo: Jus Podium.

KRAVCHYCHYN, J., Kravchychyn, G., Castro, Carlos Alberto Pereira de e LAZZARI, João Batista. **Prática processual previdenciária**. Belo Horizonte: Livraria Del Rey.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva: **Processo coletivo do trabalho**. São Paulo: LTr.

SAAD, Eduardo Gabriel: **Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: LTr.

SANDIM, E. O. **Prática processual previdenciária**. São Paulo: LTr.

DIR01065 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO III

Ementa

Estudo de casos concretos na área Tributária e Administrativa. Atividade do Núcleo de Prática Jurídica.

Referências

CABRAL, Antônio da Silva. **Processo administrativo fiscal**. São Paulo: Saraiva.

CASTRO, Alexandre Barros. **Processo Tributário**. São Paulo: Saraiva.

LOPES, Mauro Luis Rocha. **Processo Judicial Tributário. Execução Fiscal e Ações Tributárias**. Rio de Janeiro: Impetus;

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito Machado. **Processo Tributário**.

MARINS, James. **Direito Processual Tributário Brasileiro (Administrativo e Judicial)**. São Paulo: Dialética.

MICKALOVSKI, A. e GARRETT, W.A. de A. **Prática em Processos e procedimentos administrativos**. Curitiba: Juruá.

DIR01067 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV

Ementa

Estudo de casos concretos na área Penal. Atividade do Núcleo de Prática Jurídica.

Referências

BRANCO, T. C. B. **Teoria e Prática dos Recursos Criminais**. São Paulo: Saraiva.

CAPEZ, Fernando, Rodrigo Colnago. **Prática Forense Penal**. São Paulo: Saraiva.

ISHIDA, Valter Kenji. **Prática Jurídica Penal**. São Paulo: Atlas.

NUCCI, Guilherme de Souza; NUCCI, Naila Cristina Ferreira. **Prática forense penal**. São Paulo: RT.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Prática de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva.

Básico Específico de TCC

DIR01079 - TCC I

Ementa

Orientações formais e metodológicas para a elaboração do trabalho de conclusão de curso, com elaboração de Projeto.

Referências

- ALVARENGA, Maria Amália de Figueiredo Pereira;
- COUTO ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do. **Apontamentos de metodologia para a ciência e técnicas de redação científica**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor.
- BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica. teoria e prática da monografia para os cursos de Direito**. São Paulo: Saraiva.
- HENRIQUES, Antônio; MEDEIROS, João Bosco. **Monografia no Curso de Direito: Trabalho de Conclusão de Curso: metodologia e técnicas de pesquisa, da escolha do assunto à apresentação gráfica**. São Paulo: Atlas.
- MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica: para o curso de direito**. São Paulo: Atlas.
- MEZZADORA, Orides, MONTEIRO e Cláudia Servilha. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito**. São Paulo: Saraiva.

DIR01080 - TCC II

Ementa

Orientações formais e metodológicas para a elaboração do trabalho de conclusão de curso.

Referências

- ALVARENGA, Maria Amália de Figueiredo Pereira;
- COUTO ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do. **Apontamentos de metodologia para a ciência e técnicas de redação científica**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor.
- BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica. teoria e prática da monografia para os cursos de Direito**. São Paulo: Saraiva.
- HENRIQUES, Antônio; MEDEIROS, João Bosco. **Monografia no Curso de Direito:**

Trabalho de Conclusão de Curso: metodologia e técnicas de pesquisa, da escolha do assunto à apresentação gráfica. São Paulo: Atlas.

MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica: para o curso de direito.** São Paulo: Atlas.

MEZZADORA, Orides, MONTEIRO e Cláudia Servilha. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito.** São Paulo: Saraiva.

Básico Específico do Curso

DIR01014 - ANTROPOLOGIA SOCIAL E JURÍDICA

Ementa

Antropologia social: Das sociedades primitivas às sociedades modernas. O sistema da dívida e o aparelho estatal moderno. Noções de Poder, Estado e Direito. Etnografia, etnologia e antropologia. Antropologia jurídica: a noção de cidadania no contexto da sociedade brasileira. Criminalidade/Violência, Políticas públicas de manutenção da ordem e políticas sociais de direitos humanos. Relativismo cultural ou universalização dos direitos humanos?

Referências

ALVES, Elizete Lanzoni. SANTOS, Sidney Francisco Reis dos: **Iniciação ao conhecimento da antropologia jurídica: por onde caminha a humanidade?** Florianópolis: Conceito Editorial.

DAMATTA, Roberto: **O que é o Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco.

EVANS-PRITCHAR, E. E: **Antropologia Social.** Lisboa: Edições 70.

LAPLANTINE, François: **Aprender antropologia.** São Paulo: Brasiliense.

RIVIÉRE, Claude: **Introdução a antropologia.** Lisboa: Edições 70.

ROCHA, José Manoel de Sacadura: **Antropologia jurídica: para uma filosofia antropológica do direito.** Rio de Janeiro: Elsevier.

DIR01013 - DIREITO ADMINISTRATIVO

Ementa

Noções preliminares de Direito administrativo. Administração pública. Princípios constitucionais. Poderes administrativos do Estado. Atos administrativos. Dos servidores públicos. Licitações e contratos administrativos. Responsabilidade civil do Estado. Controle constitucional da administração pública.

Referências

- CARVALHO FILHO, José dos Santos: **Manual de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella: **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas.
- GASPARINI, Diógenes: **Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva.
- MEDAUAR, Odete: **Direito Administrativo Moderno**. São Paulo: RT.
- MEIRELLES, Hely Lopes: **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de: **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros.

DIR01019 - DIREITO AMBIENTAL

Ementa

Teoria Geral do Direito Ambiental. Princípios Norteadores do Direito Ambiental. O Direito Ambiental e o desenvolvimento sustentável. A Política Nacional do Meio Ambiente. Responsabilidade em matéria ambiental. Competência legislativa em matéria ambiental. Poluição, Degradação Ambiental e Dano Ecológico. Tutela Processual do Meio Ambiente.

Referências

- ANTUNES, Paulo de Bessa: **Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*.
- FARIAS, Talden: **Introdução ao Direito Ambiental**. Belo Horizonte: Del Rey.
- FIORILLO, Celso Antonio Pacheco: **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva.
- MACHADO, Paulo Affonso Leme: **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Malheiros.
- MILARÉ, Edis: **Direito do Ambiente**. São Paulo. RT.

DIR01001 - DIREITO CIVIL I

Ementa

Noções e raízes históricas. Das Pessoas: Pessoas Naturais e Jurídicas. Domicílio. Dos bens. Dos Fatos Jurídicos. Negócio Jurídico. Dos Atos Jurídicos Lícitos. Dos Atos Ilícitos. Da Prescrição e Decadência. Da Prova.

Referências

GONÇALVES, Carlos Roberto: **Direito Civil Brasileiro**, Vol. I. São Paulo: Saraiva.
LOTUFO, Renan. **Código Civil comentado**. São Paulo: Saraiva.
NADER, Paulo: **Curso de Direito Civil - Parte Geral**. Rio de Janeiro: Forense.
STOLZE, Pablo e PAMPLONA FILHO, Rodolfo: **Novo Curso de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva.
TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Lei de Introdução e Parte Geral**. São Paulo: Método.
VENOSA, Sílvio de Salvo: **Direito Civil I**. São Paulo: Atlas.

DIR01002 - DIREITO CIVIL II

Ementa

Obrigações. Noções Gerais. Elementos. Classificação. Modalidades. Transmissão. Adimplemento e Extinção. Inadimplemento.

Referências

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson: **Direito das Obrigações**. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*.
DINIZ, Maria Helena: **Teoria Geral das Obrigações**. São Paulo: Saraiva.
GONÇALVES, Carlos Roberto: **Direito Civil Brasileiro, Vol. II**. São Paulo: Saraiva.
LÔBO, Paulo Diniz Netto: **Teoria Geral das Obrigações**. São Paulo: Saraiva.
PEREIRA, Caio Mário da Silva: **Instituições de Direito Civil, Vol. II**. Rio de Janeiro: Forense.
VENOSA, Sílvio de Salvo: **Direito Civil, Vol. II**. São Paulo: Atlas.

DIR01003 - DIREITO CIVIL III

Ementa

Contratos: noções gerais. Contratos em espécie.

Referências

GONÇALVES, Carlos Roberto: **Direito Civil Brasileiro, v. III: contratos e atos unilaterais**. São Paulo: Saraiva.
GOMES, Orlando: **Contratos**. Rio de Janeiro: Forense.
PEREIRA, Caio Mário da Silva: **Instituições de Direito Civil, v. III**. Rio de Janeiro: Forense.

STOLZE, Pablo e PAMPLONA FILHO, Rodolfo: **Direito Civil. Contratos**. São Paulo: Saraiva VENOSA, Sílvio de Salvo: **Direito Civil. Vol. III**. São Paulo: Atlas.

DIR01008 - DIREITO CIVIL IV

Ementa

Aspectos gerais e considerações teóricas. Espécies de Responsabilidade. Indenização: obrigações inerentes.

Referências

CAVALIERI FILHO, Sérgio: **Programa de Responsabilidade Civil**. São Paulo: Malheiros.

DIAS, José de Aguiar: **Da responsabilidade civil**. Rio de Janeiro: Forense.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA F., Rodolfo: **Novo curso de direito civil. Vol. 2**. São Paulo: Saraiva.

GONÇALVES, Carlos Roberto: **Responsabilidade civil**. São Paulo: Saraiva.

VENOSA, Sílvio de Salvo: **Direito Civil: Responsabilidade Civil, vol. 4**. São Paulo: Atlas.

DIR01005 - DIREITO CIVIL V

Ementa

Teoria geral dos direitos das coisas. Posse. Propriedade. Direito de Vizinhança. Condomínio geral.

Referências

CHALHUB, Melhim Namem. **Direitos reais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil 5: Reais**. São Paulo: Atlas, 2015.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **Direitos reais**. São Paulo: Atlas, 2011.

MELO, Marco Aurélio Bezerra de. **Curso de direito civil**. Vol V. São Paulo: Atlas, 2015 .

PENTEADO, Luciano de Carmago. **Direito das coisas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

TEPEDINO, Gustavo; BARBOSA, Heloísa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin de. **Código Civil interpretado conforme a Constituição da República**. Volume I a IV.

Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

DIR01007 - DIREITO CIVIL VI

Ementa

Direitos Reais limitados. Direitos reais de gozo ou de fruição. Superfície. Servidão. Usufruto. Uso. Habitação. Direito real de aquisição: compromisso registrado de compra e venda. Direitos Reais de garantia. Teoria geral. Hipoteca. Penhor. Anticrese. Propriedade fiduciária.

Referências

CHALHUB, Melhim Namem. **Direitos reais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil 5: Reais**. São Paulo: Atlas, 2015.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **Direitos reais**. São Paulo: Atlas, 2011.

MELO, Marco Aurélio Bezerra de. **Curso de direito civil**. Vol V. São Paulo: Atlas, 2015 .

PENTEADO, Luciano de Carmago. **Direito das coisas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

TEPEDINO, Gustavo; BARBOSA, Heloísa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin de. **Código Civil interpretado conforme a Constituição da República**. Volume I a IV. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

DIR01009 - DIREITO CIVIL VII

Ementa

Da Família e do Direito de Família. Das Entidades Familiares. Dos Direitos dos Sujeitos. Do Regime Protetivo.

Referências

DIAS, Maria Berenice: **Manual de Direito das Famílias**. São Paulo: RT.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da: **Direito Civil: Família**. São Paulo: Atlas.

GONÇALVES, Carlos Roberto: **Direito Civil: Direito de Família**. São Paulo: Saraiva.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Famílias**. São Paulo: Saraiva.

PEREIRA, Caio Mário da Silva: **Instituições de Direito Civil: Direito de Família**.

Rio de Janeiro: Forense.

DIR01012 - DIREITO CIVIL VIII

Ementa

Natureza do Direito Sucessório. Fundamentos. Elementos. Sucessão. Herança. Testamento. Inventário. Partilha e Prática Processual.

Referências

CATÃO, M. O. **Biodireito: transplante de órgãos e direitos de personalidade**. São Paulo: Madras.

DIAS, Maria Berenice. **Manual das Sucessões**. São Paulo: RT.

DINIZ, Maria Helena: **Curso de Direito Civil Brasileiro. Direito das Sucessões**. São Paulo: Saraiva.

GONÇALVES, Carlos Roberto: **Direito Civil Brasileiro. Direito das Sucessões**. São Paulo: Saraiva.

LISBOA, Roberto Senise: **Manual de Direito Civil. Direito de Família e das Sucessões**. São Paulo: Saraiva.

DIR01103 - DIREITO CONSTITUCIONAL POSITIVO

Ementa

Análise e interpretação da Constituição brasileira. Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. A organização federativa. Aspectos constitucionais da administração pública. Organização dos poderes. Defesa do Estado e da ordem democrática.

Referências

BONAVIDES, Paulo: **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros.

BULOS, Uadi Lanmêgo: **Curso de direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes: **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. Coimbra; Livraria Almedina.

BRANCO, Paulo G. Gonet; COELHO, Inocêncio Mártires; MENDES, Gilmar Ferreira: **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva.

MIRANDA, Jorge: **Teoria do Estado e da Constituição**. Rio de Janeiro: Forense.

MORAES, Alexandre de: **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas.

DIR01057 - DIREITO DO CONSUMIDOR

Ementa

Direito do consumidor: conceito e objeto. Fundamentos da proteção jurídica ao consumidor. Relação de consumo: conceitos, elementos e princípios básicos. Responsabilidade civil nas relações de consumo. Práticas comerciais e proteção contratual ao consumidor. Tutela administrativa e penal do consumidor. Tutela jurisdicional do consumidor; defesa individual, ações coletivas.

Referências

ALMEIDA, João Batista de: **A Proteção jurídica do consumidor**. São Paulo: Saraiva.

FILOMENO, José Geraldo Brito: **Manual dos direitos do consumidor**. São Paulo: Atlas.

GRINOVER, Ada e outros: **Código brasileiro de defesa do consumidor comentado pelos autores do anteprojeto**. São Paulo: Forense universitária.

MANCUSO, Rodolfo de C: **Manual do Consumidor em Juízo**. São Paulo: Saraiva.

MARQUES, Cláudia L: **Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

RIZZATTO NUNES, Luiz Antônio: **Curso de Direito do Consumidor**. São Paulo: Saraiva.

DIR01041 - DIREITO DO TRABALHO I

Ementa

Visão histórica do direito do trabalho. Características do direito do trabalho. Pressupostos. Relação de emprego e seus sujeitos. Características do contrato individual de trabalho. Remuneração e salário. Duração do trabalho. Férias. Alterações, suspensão e interrupção do contrato de trabalho.

Referências

Barros, Alice Monteiro de: **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTR.

Delgado, Maurício Godinho: **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTR.

Martins, Sérgio Pinto: **Direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas.

Nascimento, Amauri Mascaro: **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: Saraiva.

DIR01042 - DIREITO DO TRABALHO II

Ementa

Cessação do contrato de trabalho. Estabilidade e FGTS. Normas tutelares do trabalho da mulher e do menor. Composição dos conflitos coletivos de trabalho. Relações coletivas de trabalho. Direito coletivo do trabalho. Fen meno sindical. Negociação coletiva. Direito de greve. Política salarial.

Referências

Barros, Alice Monteiro de: **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTR.
Delgado, Maurício Godinho: **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTR.
Martins, Sérgio Pinto: **Direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas.
Nascimento, Amauri Mascaro: **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: Saraiva.

DIR01038 - DIREITO EMPRESARIAL I

Ementa

Forma o histórica do Direito Empresarial. Fontes. Teorias. Empresa e empresário. Nome empresarial. Prepostos e outros colaboradores da empresa. Estabelecimento empresarial. Obriga es gerais do empresário. Registro de empresa e de propriedade industrial. Teoria geral do direito societário. Sociedades empresárias. Contrata o empresarial. Extin o de sociedades.

Referências

COELHO, Fábio Ulhôa: **Curso de Direito Comercial**. Vol.1. São Paulo: Saraiva.
FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Manual de Direito Comercial**. São Paulo: Atlas.
MAMEDE, Gladston: **Empresa e Atua o Empresarial**. São Paulo: Atlas.
MARTINS, Fran: **Curso de direito comercial: empresa comercial, empresários individuais, microempresas, sociedades comerciais, fundo de comércio**. Rio de Janeiro: Forense.
NEGRÃO, Ricardo: **Manual de Direito Comercial**. Editora Bookseller.
REQUIÃO, Rubens: **Curso de Direito Comercial**. Vol. 1. São Paulo: Saraiva.

DIR01039 - DIREITO EMPRESARIAL II

Ementa

Teoria Geral e Princípios gerais do Direito Cambiário. Direito uniforme. Títulos de crédito: classificação, elementos, cambiariedade, princípio da inoponibilidade de exceções pessoais, endosso, aval, protesto, prescrição, execução de títulos. Letra de câmbio. Nota promissória. Cheque. Duplicata. Valores mobiliários. Títulos representativos. Títulos de financiamento comercial. Títulos: de crédito industrial, rural, de garantia imobiliária e da dívida pública federal.

Referências

COELHO, Fábio Ulhoa: **Curso de Direito Comercial**. Vol.2. São Paulo: Saraiva.
MAMEDE, GLadston: **Títulos de Crédito**. São Paulo: Atlas.
MARTINS, Fran: **Títulos de crédito**. Vols. 1 e 2. Rio de Janeiro: Forense.
REQUIÃO, Rubens: **Curso de Direito Comercial**. Vol. 2. São Paulo: Saraiva.
TOMAZETTE, Marlon: **Curso de direito empresarial**. São Paulo: Atlas.

DIR01040 - DIREITO EMPRESARIAL III

Ementa

Visão histórica e Teoria Geral do Direito falimentar. Administração da falência. Comitê de credores. Assembléia geral de credores. Realização do ativo e solução do passivo. Créditos na falência. Pagamento aos credores. Encerramento da falência e Extinção das obrigações do falido. Recuperação judicial e extrajudicial. Disposições penais. Intervenção e liquidação extrajudicial.

Referências

ALMEIDA, Amador Paes de: **Curso de Falência e Recuperação de empresa**. São Paulo: Saraiva.
COELHO, Fábio Ulhoa: **Comentários à nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas**. São Paulo: Saraiva.
FAZZIO JÚNIOR, Waldo: **Nova Lei de Falência e Recuperação de Empresas**. São Paulo: Atlas.
MAMEDE, Gladston. **Falência e Recuperação de Empresas**. São Paulo: Atlas.
REQUIÃO, Rubens: **Curso de Direito Falimentar**. São Paulo: Saraiva.

DIR01051 - DIREITO FINANCEIRO

Ementa

Atividade financeira do Estado. Necessidades Públicas. Serviços Públicos (Noções). Ciência das Finanças. Direito Financeiro. Despesas públicas. Receitas públicas. Orçamento público. Tribunal de Contas. Precatório. Empréstimo Público.

Referências

- BALEEIRO, Aliomar: **Uma introdução à ciência das Finanças**. Rio de Janeiro: Forense.
- BASTOS, Celso Ribeiro: **Curso de Direito Financeiro e Tributário**. São Paulo: Saraiva.
- HARADA, Kioshi: **Direito financeiro e tributário**. São Paulo: Atlas.
- OLIVEIRA, Regis Fernandes de: **Curso de Direito Financeiro**. São Paulo: RT.
- TORRES, Ricardo Lobo: **Tratado de Direito Constitucional Financeiro e Tributário**. Rio de Janeiro: Renovar.

DIR01076 - DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

Ementa

Conceito, história e fontes do Direito Internacional Privado. Normas do DIPr e elementos de conexão na uniformização legal e na aplicação do direito estrangeiro. Conflito de leis no espaço e conflito de jurisdição. Nacionalidade e condição jurídica do estrangeiro. Temas de Processo civil Internacional. Direitos de família. Casamento. Regime de bens. Alimentos. Tutela. Curatela. Adoção internacional. Direito das obrigações. Direito das coisas. Direito das sucessões. Arbitragem internacional.

Referências

- AMORIM, Edgar Carlos de: **Direito Internacional Privado**. Rio de Janeiro.
- ARAUJO, Nadia: **Direito Internacional Privado - Teoria e Prática Brasileira**. Rio de Janeiro: Renovar.
- BASSO, Maristela: **Curso de Direito Internacional Privado**. São Paulo: Atlas.
- CASTRO, Amílcar de: **Direito Internacional Privado**. Rio de Janeiro: Forense.
- DOLINGER, Jacob: **Direito Internacional Privado - Parte Geral**. Rio de Janeiro: Renovar.

MELO, Luís Gonzaga de: **Introdução ao Estudo do Direito Internacional Privado**. EDUEPB.

RECHSTEINER, Beat Walter: **Direito Internacional Privado - Teoria e Prática**. São Paulo: Saraiva.

DIR01075 - DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Ementa

Ordem jurídica na sociedade internacional. Gênese histórica do Direito internacional Público. Relações entre o Direito Internacional Público e do direito interno. Sujeitos do DIP. Fontes e fundamentos do DIP. Tratados internacionais, Recepção, aplicação e interpretação do DIP. Responsabilidade internacional. Solução de conflitos no DIP.

Referências

ACCIOLY, Hildebrando: **Manual do Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva.

ARAÚJO AMORIM, Luis Ivani de: **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Forense.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira: **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: RT.

MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque: **Curso de Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: Renovar.

REZEK, José Francisco: **Curso Elementar**. São Paulo: Saraiva.

SEITENFUS, Ricardo: **Introdução ao Direito Internacional Público**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

SOARES, Guido: **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Atlas.

DIR01034 - DIREITO PENAL I

Ementa

Conceito. Princípios. Fontes. Histórico. Doutrinas e escolas penais. Função da pena no Estado Democrático de Direito. Da norma penal (interpretação e integração). Da aplicação da lei penal. Conflito aparente de normas. Teoria Geral do crime. Conceito. Conduta. Tipicidade. Antijuricidade. Culpabilidade. Relação de causalidade. Erro sobre elementos do tipo e sobre a ilicitude do fato. Exclusão de Ilcitude. Da Imputabilidade Penal. Do concurso de Pessoas. Do Concurso de Crimes.

Referências

- BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. São Paulo: Saraiva. Vol. 1.
- CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal** -. São Paulo: Saraiva. V.1.
- GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. Rio de Janeiro: Impetus. V. 1.
- NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal** – Parte Geral. São Paulo: RT.
- ZAFFARONI, Eugênio e PIERANGELI José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. São Paulo: RT.

DIR01035 - DIREITO PENAL II

Ementa

Teoria da Pena. História das Penas. Sistema de Penas. Espécie de Penas. Das medidas de Segurança. Da Cominação e da Aplicação das Penas. Da Suspensão Condicional da Pena. Suspensão Condicional do Processo. Do Livramento Condicional. Efeitos da Condenação. Da Reabilitação. Da Extinção da Punibilidade.

Referências

- BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal** – V. 1. São Paulo: Saraiva.
- CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal** – V.1. São Paulo: Saraiva.
- GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal** – V.1. Rio de Janeiro: Impetus.
- NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal** – Parte Geral. São Paulo: RT.
- ZAFFARONI, Eugênio e PIERANGELI José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. São Paulo: RT.

DIR01036 - DIREITO PENAL III

Ementa

Dos crimes contra a pessoa. Dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a propriedade imaterial. Dos crimes contra a organização do trabalho. Dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Dos crimes contra a dignidade sexual. Dos crimes contra família. Dos crimes contra a incolumidade pública.

Referências

- BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. São Paulo: Saraiva. V. 2 e 3.
- CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal** -. São Paulo: Saraiva. V.2.
- GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. Rio de Janeiro: Impetus. V. 2.
- NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal – Parte Especial**. São Paulo: RT.
- JESUS, Damásio de. **Direito Penal**. São Paulo: Saraiva. V.2.

DIR01037 - DIREITO PENAL IV

Ementa

Dos crimes contra paz pública. Dos crimes contra fé Pública. Dos crimes contra a administração pública.

Referências

- BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. São Paulo: Saraiva. Vols. 4 e V.5.
- CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal** -. São Paulo: Saraiva. V.3.
- GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. Rio de Janeiro: Impetus. V. 3.
- JESUS, Damásio de. **Direito Penal**. São Paulo: Saraiva. V.3.
- NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal – Parte Especial**. São Paulo: RT.

DIR01058 - DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Ementa

A Constituição e a seguridade social: principais dispositivos. Regime Geral de Previdência Social e Legislações Complementares. Beneficiários e Benefícios Previdenciários. Plano de Benefícios e Prestações previdenciárias Processo administrativo previdenciário. Perícias Junta e conselho de recursos da previdência social. Crimes Contra a Seguridade Social. Previdência Complementar

Referências

- BALERA, Wagner: **Noções preliminares de Direito previdenciário**. São Paulo: Quartier.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de e LAZZARI, João Batista: **Manual de Direito Previdenciário**. São Paulo: LTr.

IBRAHIM, Fábio Zambitte: **Curso de Direito Previdenciário**. Rio de Janeiro: Impetus.

MARTINS, Sérgio Pinto: **Direito da Seguridade Social**. São Paulo: Atlas.

_____: **Legislação Previdenciária**. São Paulo: Atlas.

MARTINEZ, Wladimir Novaes: **Curso de Direito Previdenciário**: Previdência social. São Paulo: LTr.

DIR01043 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

Ementa

Conceitos jurídicos fundamentais processuais. Jurisdição. Ação. Processo. Norma processual. Normas fundamentais processuais. Acesso à justiça. História do processo. Parte Geral do CPC. Competência jurisdicional civil. Sujeitos do processo. Litisconsórcio. Intervenção de terceiro. Atos processuais. Negócios jurídicos processuais. Comunicações processuais. Prazos. Despesas processuais. Litigância de má fé. Gratuidade da justiça

Referências

BUENO, C. S. **Curso sistematizado de Direito Processual Civil: teoria geral do direito processual civil. Vol I**. São Paulo: Saraiva.

DIDIER JUNIOR, F. **Curso de Direito Processual Civil. Vols1 e 2**. Salvador: Jus Podium.

FREITAS CÂMARA, Alexandre: **Lições de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*.

NEVES, D. A. A. **Manual de Direito Processual Civil**. São Paulo: Método.

SILVA, Ovídio A. Baptista: **Curso de Processo Civil**. São Paulo: RT. Vols. I e II

THEODORO JR. Humberto: **Curso de Direito Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense. V. I, II e III.

DIR01044 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL II

Ementa

Processo de conhecimento. Petição inicial. Resposta do réu. Direito probatório. Decisão judicial. Precedente judicial. Coisa julgada. Tutela provisória. Suspensão do processo.

Referências

AMARAL SANTOS, Moacyr: **Primeiras Linhas de Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos: **O novo processo civil brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense.

BUENO, C. S. **Curso sistematizado de Direito Processual Civil: procedimento comum (ordinário e sumário). Vol. II**. São Paulo: Saraiva.

SILVA, Ovídio A. Baptista: **Curso de Processo Civil**. São Paulo: RT. V. I e II

THEODORO JR. Humberto: **Curso de Direito Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense. V. I, II e III.

FREITAS CÂMARA, Alexandre: **Lições de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*.

DIR01045 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL III

Ementa

Processo nos tribunais. Recursos. Ação rescisória. Julgamento de casos repetitivos. Reclamação. Teoria dos Procedimentos especiais. Mandado de segurança. Ações possessórias. Ação de família.

Referências

BARBOSA MOREIRA, José Carlos: **O novo processo civil brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense.

BUENO, C. S. **Curso sistematizado de direito processual civil: tutela antecipada, tutela cautelar e procedimentos cautelares específicos. Vol. 4**. São Paulo: Saraiva.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca: **Direito processual civil IV, Processo Cautelar**. São Paulo: RT.

SILVA, Ovídio A. Baptista: **Curso de Processo Civil**. São Paulo: RT. V. I e II

THEODORO JR, Humberto: **Curso de Direito Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense. V. I, II e III.

FREITAS CÂMARA, Alexandre: **Lições de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*.

DIR01046 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV

Ementa

Execução e cumprimento de sentença. Execuções especiais. Ação monitória. Embargos de terceiros.

Referências

BUENO, C. S. **Curso sistematizado de direito processual civil: direito processual coletivo e direito processual público. Vol II**. São Paulo: Saraiva.

DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil. Vol IV**. Salvador: Jus podium.

LENZA, Pedro: **Teoria geral da ação civil pública**. São Paulo: RT

ZAVASCHI, Teori Albino: **Processo Coletivo**. São Paulo: RT

MANCUSO, Rodolfo de Camargo: **Ação Civil Pública**. São Paulo: RT

GOMES JÚNIOR, Luiz Manoel: **Curso de Direito Processo Civil Coletivo**. Rio de Janeiro: Forense.

DIR01105 - DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Ementa
Objeto do direito processual do trabalho e evolução da justiça do trabalho no Brasil. Organização e funcionamento da justiça do trabalho. Princípios que informam o processo do trabalho. Atos. Formação do processo trabalhista. Representação e seus pressupostos. Dissídios individuais. Fase postulatória. Fase probatória. Suspensão e extinção antecipada do processo. Execução. Recursos.

Referências

CARRION, Valentin: **Comentários à consolidação das leis do trabalho**. São Paulo: Saraiva.

MARTINS, Sérgio Pinto: **Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: Atlas.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro do: **Curso de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: Saraiva.

SAAD, Eduardo Gabriel: **Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: LTr.

TEIXEIRA FILHO, Manuel Antônio: **Execução no processo do Trabalho**. São Paulo: LTr.

DIR01047 - DIREITO PROCESSUAL PENAL I

Ementa

Conceito e princípios aplicáveis ao Direito Processual Penal. Inquérito policial. Ação penal. Ação civil *ex delicto*. Jurisdição e competência. Questões e processos incidentes.

Referências

BONFIM, Edílson Mougenot: **Curso de Processo Penal**. Belo Horizonte: Del Rey.

MIRABETE, Júlio Fabbrini: **Processo Penal**. São Paulo, Atlas.

OLIVEIRA, Eugêncio Pacelli de: **Curso de Processo Penal**. Belo Horizonte: Del Rey.

TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues: **Curso de Direito Processual Penal**. Salvador: *Jus Podium*.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa: **Código de Processo Penal Comentado**. São Paulo: Saraiva.

DIR01048 - DIREITO PROCESSUAL PENAL II

Ementa

Provas. Sujeitos processuais. Prisão. Liberdade provisória. Atos processuais. Sentença. Coisa julgada.

Referências

BONFIM, Edílson Mougenot: **Curso de Processo Penal**. Belo Horizonte: Del Rey.

MIRABETE, Júlio Fabbrini: **Processo Penal**. São Paulo, Atlas.

OLIVEIRA, Eugêncio Pacelli de: **Curso de Processo Penal**. Belo Horizonte: Del Rey.

TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues: **Curso de Direito Processual Penal**. Salvador: *Jus Podium*.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa: **Código de Processo Penal Comentado**. São Paulo: Saraiva.

DIR01049 - DIREITO PROCESSUAL PENAL III

Ementa

Processo comum: ordinário, sumário e sumaríssimo: (leis 9.099/95 e 10.295/01). Processo dos crimes da competência do júri popular. Processos especiais: crimes de falência; crimes de responsabilidade dos servidores públicos; crimes de calúnia, difamação e injúria; crimes contra a propriedade imaterial. Restauração de autos extraviados ou destruídos. Processos de competência do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e de outros Tribunais (leis 8.038/90 e 8.658/93).

Referências

BONFIM, Edílson Mougnot: **Curso de Processo Penal**. Belo Horizonte: Del Rey.
MIRABETE, Júlio Fabbrini: **Processo Penal**. São Paulo, Atlas.
OLIVEIRA, EugêncioPacelli de: **Curso de Processo Penal**. Belo Horizonte: Del Rey.
TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues: **Curso de Direito Processual Penal**. Salvador: Jus Podium.
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa: **Código de Processo Penal Comentado**. São Paulo: Saraiva.

DIR01050 - DIREITO PROCESSUAL PENAL IV

Ementa

Nulidades. Recursos e ações penais autônomas (habeas corpus, mandado de segurança e revisão criminal). Relações jurisdicionais com autoridades estrangeiras. Disposições gerais do Código de Processo Penal. Legislação esparsa (leis nº 4.898/65, 5.249/67, 5.256/67, 5.970/73, 7.960/89, 8.038/90, 8.658/93, 9.807/99, 10.054/00, 10.409/02, 10.741/03, 11.101/05 etc).

Referências

BONFIM, Edílson Mougnot: **Curso de Processo Penal**. Belo Horizonte: Del Rey.
MIRABETE, Júlio Fabbrini: **Processo Penal**. São Paulo, Atlas.
OLIVEIRA, EugêncioPacelli de: **Curso de Processo Penal**. Belo Horizonte: Del Rey.
TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues: **Curso de Direito Processual Penal**. Salvador: Jus Podium.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa: **Código de Processo Penal Comentado**. São Paulo: Saraiva.

DIR01052 - DIREITO TRIBUTÁRIO I

Ementa

O Estado e o poder de tributar. Limitações ao poder de tributar. Tributo. Competência tributária. Legislação tributária. Obrigação tributária. Crédito tributário.

Referências

AMARO, Luciano da Silva: **Direito Tributário Brasileiro**. São Paulo: Saraiva.
ATALIBA, Geraldo: **Hipóteses de incidência tributária**. São Paulo: Malheiros.
BARRETO, Aires F.: **Curso de Direito tributário Municipal**. São Paulo: Saraiva.
CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. São Paulo: Saraiva.
DUARTE, Francisco Leite. **Direito tributário: teoria e Prática**. 2ª ed. Revista dos Tribunais, 2015.
SABBAG, Eduardo: **Manual de Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva.

DIR01111 - DIREITO TRIBUTÁRIO II

Ementa

Tributos em espécie. Impostos da união. Impostos dos Estados e do Distrito Federal. Impostos dos Municípios. Administração tributária. Processos tributários. Contencioso administrativo-tributário.

Referências

AMARO, Luciano da Silva: **Direito Tributário Brasileiro**. São Paulo: Saraiva.
ATALIBA, Geraldo: **Hipóteses de incidência tributária**. São Paulo: Malheiros.
BARRETO, Aires F.: **Curso de Direito tributário Municipal**. São Paulo: Saraiva.
CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. São Paulo: Saraiva.
DUARTE, Francisco Leite. **Direito tributário: teoria e Prática**. 2ª ed. Revista dos Tribunais, 2015.
SABBAG, Eduardo: **Manual de Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva.

DIR01085 - DIREITO URBANÍSTICO

Ementa

A Constituição de 1988 e suas implicações no Direito urbanístico. Princípios e fundamentos do Direito Urbanístico. A função social da propriedade urbana. Da Lei orgânica aos Planos Diretores municipais. Regularização fundiária das favelas. A cidade e a natureza. Tutela urbanística do patrimônio histórico, cultural e paisagístico. Estatuto das Cidades. Instrumentos de efetivação do direito à cidadania. Da cidade oficial à cidade não oficial.

Referências

DALLARI, Adílson de Abreu; FIGUEIREDO, Lúcia Valle. **Temas de Direito Urbanístico**. Vols. I e II. São Paulo: RT.

GRAU, Eros Roberto. **Direito Urbano**. São Paulo: RT.

MUKAY, Toshio. **Direito e Legislação Urbanística no Brasil**. São Paulo: Saraiva.

SILVA, José Afonso da. **Direito Urbanístico Brasileiro**. São Paulo: RT.

WENDEL, Henrique. **Direito à natureza na cidade**. Salvador: ED UFBA.

DIR01055 - DIREITOS SOCIAIS, DIFUSOS E COLETIVOS

Ementa

Evolução histórico-filosófica dos Direitos Fundamentais. Direitos sociais e coletivos: caracterização, sujeitos ativo e passivo, objeto de tutela, valor constitucional, garantia e proteção judicial. Os interesses transindividuais: constitucionalidade, direitos renovados, qualidade de vida e interesses difusos e coletivos. Do Direito à Educação, à Saúde, à Segurança, Cultura e Desporto, Ciência e Tecnologia.

Referências

FARIA, José Eduardo (org.). **Direitos humanos, Direitos sociais e Justiça**. São Paulo: Malheiros.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais**. São Paulo: Saraiva.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Arguição de descumprimento de preceito fundamental**. São Paulo: Saraiva.

MIRANDA, Jorge. **Manual de Direito Constitucional**. Lisboa: Coimbra (tomo IV).

MORAES, Guilherme Braga Peña. **Dos direitos fundamentais: contribuição para**

uma teoria. São Paulo: LTr.

MORAIS, José Luis Bolzan de. **Do direito social aos interesses transindividuais: o Estado e o Direito na ordem contemporânea**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

DIR01032 - ÉTICA GERAL E JURÍDICA

Ementa

Ética Geral: noções gerais. Ética moral e direito. Ética Jurídica: fundamentos. As práticas das instituições jurídicas à luz do Código de Ética da OAB.

Referências

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca: **Curso de ética jurídica: Ética Geral e Profissional**. São Paulo: Saraiva.

COSTA, Elias Ferreira da. **Deontologia jurídica: Ética das profissões jurídicas**. Rio de Janeiro: Forense.

NALINI, José Renato: **Ética Geral e Profissional**. São Paulo: RT.

PERELMAN, Chaim: **Ética e Direito**. São Paulo: Martins Fontes.

SOUTO, Cláudio: **Ciência e Ética no Direito: uma alternativa de modernidade**. Porto Alegre: Fabris.

DIR01033 - FILOSOFIA GERAL E JURÍDICA

Ementa

Introdução à filosofia geral. Principais escolas da Filosofia Jurídica. Relação entre o Direito e a moral. Teorias da Justiça. Valores fundamentais do direito: solidariedade, liberdade e igualdade. Tendências contemporâneas da filosofia jurídica.

Referências

BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática.

GOYARD-FABRE, Simone. **Os princípios filosóficos do direito político moderno**. São Paulo: Martins Fontes.

JHERING, Rudolf Von. **A luta pelo Direito**. São Paulo: Bushatsky.

NADER, Paulo. **Filosofia do Direito**. Rio de Janeiro: Forense.

REALE, Miguel. **Introdução à Filosofia**. São Paulo: Saraiva.

DIR01026 - HISTÓRIA DO DIREITO

Ementa

Conceituação e objeto da História do Direito. O direito das sociedades sem escrita. Direito Romano: breve histórico, principais institutos e recepção. Direito medieval. Outros sistemas jurídicos. História do Direito no Brasil.

Referências

CASTRO, Flávia Lages de. **História do Direito – Geral e do Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

GILISSEN, John. **Introdução histórica ao direito**. Lisboa: Calouste Gulbenkian.

NASCIMENTO, Walter Vieira do. **Lições de História do Direito**. Rio de Janeiro: Forense.

WIEACKER, Franz. **História do direito privado moderno**. Lisboa: Calouste Gulbenkian.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Fundamentos da História do Direito**. Belo Horizonte: Del Rey.

DIR01027 - INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO I

Ementa

Direito como fenômeno jurídico e social: valor, cultura e norma. Fontes do Direito. O Direito como conhecimento científico: Direito como sistema. Positivismo Jurídico e Juspositivismo: Direito Natural e Direito Positivo. Direito em sentido objetivo. Teorias da norma jurídica. LINDB

Referências

DINIZ, Maria Helena: **Compêndio de Introdução ao Direito**. São Paulo: Atlas.

MAXIMILIANO, Carlos: **Hermenêutica e Aplicação do Direito**. Rio de Janeiro: Forense.

NADER, Paulo: **Introdução ao Direito**. Rio de Janeiro: Forense.

REALE, Miguel: **Lições Preliminares de Direito**. São Paulo: Saraiva.

WOLKMER, Antônio Carlos: **Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico**. São Paulo: Saraiva.

DIR01031 - INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO II

Ementa

Hermenêutica jurídica e Interpretação Jurídica. Níveis da Interpretação Jurídica: texto, fato e aplicação. Escolas e métodos da Hermenêutica Jurídica. Teorias contemporâneas da aplicação do direito. Teorias dos direitos Subjetivos. Princípios jurídicos, morais e políticos. Fatos Jurídicos. Atos Jurídicos.

Referências

DINIZ, Maria Helena: **Compêndio de Introdução ao Direito**. São Paulo: Atlas.
MAXIMILIANO, Carlos: **Hermenêutica e Aplicação do Direito**. Rio de Janeiro: Forense.
NADER, Paulo: **Introdução ao Direito**. Rio de Janeiro: Forense.
REALE, Miguel: **Lições preliminares de direito**. São Paulo: Saraiva.
WOLKMER, Antônio Carlos: **Introdução ao Pensamento jurídico crítico**. São Paulo: Saraiva.

DIR01028 - LINGUAGEM E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA

Ementa

A comunicação jurídica e os recursos estilísticos do Direito. A lógica jurídica. A linguagem jurídica e a argumentação. A narração dos fatos no texto jurídico. A nova retórica. Formas de Argumentação. O argumento e suas características. A enunciação e o discurso jurídico. Aspectos linguísticos e estruturais da prática forense.

Referências

DAMIÃO, Regina Toledo e HENRIQUES, Antônio: **Cursos de Português jurídico**. São Paulo: Atlas.
GOLD, Miriam e SEGAL, Marcelo: **Português instrumental para cursos de direito**. São Paulo: Pearson Prentice Hall.
HENRIQUES, Antônio: **Argumentação e Discurso Jurídico**. São Paulo: Atlas.
PERLMAN, C. & OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes.
PETRI, Maria José Constantino. **Manual de Linguagem Jurídica**. São Paulo: Saraiva.

DIR01082 - MEDICINA LEGAL

Ementa

Das perícias e peritos médico-legais. Traumatologia, sexologia e tanatologia médico-legal. A utilização da ciência médico-legal na interpretação de laudos no âmbito das legislações penal e processual. A criminalística no contexto do processo penal. Tópicos especiais.

Referências

ALCÂNTARA, H. Rodrigues: **Perícia Médico-judicial**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

CROCE, Delton: **Manual de Medicina Legal**. São Paulo: Saraiva.

DOREA, Luiz Eduardo: **Local de crime**. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto.

FRANÇA, G. Veloso: **Medicina Legal**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

ZARUELA, JOSÉ Lopes: **Temas fundamentais de criminalística**. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto.

DIR01056 - MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Ementa

O Conflito. Conceitos e princípios da arbitragem, conciliação, mediação e negociação. Aspectos sociais, políticos e econômicos. Relações interpessoais e inter organizacionais. Táticas, habilidades de relacionamento e tecnologia da negociação. Mediação, jurisdição e jurisconstrução. Papel e ética do mediador. Conciliação cível. Arbitragem no direito brasileiro.

Referências

GARCEZ, José Maria Rosane. **Negociação, ADRs, Mediação, Conciliação e Arbitragem**. Lumen Juris.

MARTINELLI, Dante P. **Negociação e solução de conflitos: do impasse ao ganharganha através do melhor estilo**. Dante P. Martinelli, Ana Paula de Almeida. São Paulo: Atlas.

MARTINS, Nádia Beviláqua. **Resolução alternativa de conflitos**. Porto Alegre: Juruá.

MOORE, Christopher: **O processo de mediação**. Porto Alegre: Artmed.

NASSIF, Elaine. **Conciliação Judicial e Indisponibilidade de Direitos**. São Paulo:

LTr.

RECHSTRINER, Beat Walter: **Arbitragem privada da Lei 9.307**. São Paulo: LTR
SOUZA, Zoraide Amaral de. **Arbitragem, conciliação e mediação nos conflitos**.
LTR,

DIR01069 - PRÁTICA JURÍDICA I (CÍVEL)

Ementa

Elaboração de peças processuais cíveis, forenses e não forenses.

Referências

ARAÚJO, Luis Carlos. **Casos resolvidos de processo civil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

ARAÚJO JUNIOR, Gediel Claudino. **Prática no Processo Civil**. São Paulo: Atlas.

BORTOLAI, Edson Cosac. **Manual de Prática Forense Civil**. São Paulo: RT

CASELA, José Erasmo. **Manual de Prática Forense**. Tomo I. São Paulo: Saraiva.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Manual de Processo de Conhecimento**. São Paulo: Saraiva.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de Processo Civil**. São Paulo: Atlas.

DIR01071 - PRÁTICA JURÍDICA II (TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA)

Ementa

Rotinas Trabalhistas. Prática jurídica simulada. Resolução de problemas práticos através da elaboração de peças e pareceres. Aspectos práticos do Regime Geral de Previdência Social. Revisão de Benefícios. Processo Administrativo Previdenciário. Medidas processuais em matéria previdenciária.

Referências

CABRAL, Alberto Franqueira: **Cálculo de Verbas Trabalhistas & Procedimentos Sumaríssimo**. Rio de Janeiro: Impetus.

KERTZMAN, Ivan: **Curso prático de Direito Previdenciário**. São Paulo: Jus Podium.

KRAVCHYCHYN, J., Kravchychyn, G., Castro, Carlos Alberto Pereira de e LAZZARI, João Batista. **Prática processual previdenciária**. Belo Horizonte: Livraria Del Rey.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva: **Processo coletivo do trabalho**. São

Paulo: LTr.

SAAD, Eduardo Gabriel: **Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: LTr.

SANDIM, E. O. **Prática processual previdenciária**. São Paulo: LTr.

DIR01072 - PRÁTICA JURÍDICA III (TRIBUTÁRIA E ADMINISTRATIVA)

Ementa

Prática tributária: auto de infração: levantamento do crédito tributário, reclamação, contestação e reclamação, recurso, contra-arrazoado, julgamento pelos conselhos de recursos fiscais: acórdão, recurso a terceira instância, avocação, instância judicial.

Processo administrativo: sindicância, inquérito. Comissões permanentes de inquérito. Dos atos e termos processuais. Do direito à revisão do processo administrativo.

Referências

CABRAL, Antônio da Silva. **Processo administrativo fiscal**. São Paulo: Saraiva.

CASTRO, Alexandre Barros. **Processo Tributário**. São Paulo: Saraiva.

LOPES, Mauro Luis Rocha. **Processo Judicial Tributário. Execução Fiscal e Ações Tributárias**. Rio de Janeiro: Impetus;

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito Machado. **Processo Tributário**.

MARINS, James. **Direito Processual Tributário Brasileiro (Administrativo e Judicial)**. São Paulo: Dialética.

MICKALOVSKI, A. e GARRETT, W.A. de A. **Prática em Processos e procedimentos administrativos**. Curitiba: Juruá.

DIR01074 - PRÁTICA JURÍDICA IV (PENAL)

Ementa

Inquérito Policial: elaboração e procedimento. Diligências. Pedidos de liberdade provisória: Revogação de preventiva, relaxamento de flagrante. Fiança. Queixa-crime, Denúncia. Representação. Sumário de culpa. Pronúncia e Impronúncia. Ritos procedimentais. Ritos especiais. Exceções. Nulidades. Alegações finais. Sentença: dosimetria penal e prescrição. Sentenças do júri. Livramento Condicional e Sursis. Recursos específicos: Apelação, Recurso em sentido estrito, Embargos de declaração, Revisão Criminal, Habeas Corpus. Agravo de Execução. Incidentes da

execução penal. Indulto. Graça. Anistia.

Referências

BRANCO, T. C. B. **Teoria e Prática dos Recursos Criminais**. São Paulo: Saraiva.
CAPEZ, Fernando, Rodrigo Colnago. **Prática Forense Penal**. São Paulo: Saraiva.
ISHIDA, Valter Kenji. **Prática Jurídica Penal**. São Paulo: Atlas.
NUCCI, Guilherme de Souza; NUCCI, Naila Cristina Ferreira. **Prática forense penal**. São Paulo: RT.
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Prática de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva.

DIR01084 - PROCESSO CONSTITUCIONAL

Ementa

Aspectos introdutórios. Ação, jurisdição e processo no âmbito da salvaguarda da Constituição. Peculiaridade do processo objetivo. Competência e organização interna do Supremo Tribunal Federal. Mecanismo de controle concentrado de constitucionalidade em espécie. Controle difuso de constitucionalidade. Writs constitucionais. Habeas Corpus. Habeas Data. Mandado de Segurança. Mandado de injunção. Ação Popular. Ação Civil Pública.

Referências

BONAVIDES, Paulo: **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros.
BRANCO, Paulo G. Gonet; COELHO, Inocêncio Mártires; MENDES, Gilmar Ferreira: **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva. BULOS, Uadi Lanmêgo: **Curso de direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva.
CANOTILHO, José Joaquim Gomes: **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. Coimbra; Livraria Almedina.
FERRAJOLI, Luigi. **Derecho y Razón**. Madri: Ed. Trotta.
MIRANDA, Jorge: **Teoria do Estado e da Constituição**. Rio de Janeiro: Forense.
MORAES, Alexandre de: **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas.

DIR01083 - PSICOLOGIA JURÍDICA E PSIQUIATRIA FORENSE

Ementa

Psicologia jurídica: direções metodológicas. Dinâmica da personalidade. Estudo psicológico das fases do processo judicial nos fóruns cível e criminal. Terapêutica psicológica: metas. A tendência para formação dos serviços de assistência e readaptação jurídico social. Psicologia criminal. Psiquiatria jurídica: capacidade e responsabilidade. Normalidade e anormalidade. Classificação das doenças mentais. Perícias no processo civil e penal.

Referências

- GONÇALVES, Hébe Signorini; BRANDÃO, Eduardo: **Psicologia jurídica no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Nau.
- LOBATO, Aline. **Criminal Weapons Use In Brazil: A Psychological Analysis**. In Canter, D. & Laurence, A. *Profiling Property Crimes*. Ashgate: UK.
- MIRA Y LOPEZ, Eduardo. **Manual de Psicologia jurídica**. São Paulo: VIDALIVROS.
- PALOMBA, Guido Arturo. **Psiquiatria Forense: noções básicas**. São Paulo: Sugestões Literárias.
- RIGONATTI, Sergio Paulo. **Temas em Psiquiatria Forense e Psicologia Jurídica**. São Paulo: Vetor.
- VARGAS, Heber Soares: **Manual de Psiquiatria Forense**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.

DIR01030 - SOCIOLOGIA GERAL E JURÍDICA

Ementa

Sociologia Geral. Natureza, objeto, método e divisões. Precusores do pensamento sociológico. Doutrinas sociológicas. Quadros teóricos referenciais: clássicos e contemporâneos. A atual modernidade e a proposta neoliberal. Sociedade e indivíduo. Teoria da estruturação social. O fenômeno social: instituições e representação coletiva. **Sociologia jurídica**. Objeto, método e função. A evolução das instituições jurídicas e a função social do direito. Ordem social e desordem. Conflitos, integração e mudanças sociais: o objetivo das normas jurídicas. Controle social e regulação.

Referências

- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MAUSS, Marcel. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Ed. Perspectiva.
- MIRANDA ROSA, Felipe Augusto. **Sociologia do Direito: O fenômeno jurídico como fato social**. Rio de Janeiro: Zahar.
- SABADELL, Ana Lúcia. **Manual de Sociologia Jurídica: introdução a uma leitura externa do direito**. São Paulo: RT.
- SCURO NETO, Pedro. **Sociologia geral e jurídica: introdução à lógica jurídica, instituições do direito, evolução e controle social**. São Paulo: Saraiva.

DIR01022 - TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

Ementa

Conceito de Constituição. Surgimento e modificação da Constituição. Norma constitucional. Princípios constitucionais. Hermenêutica constitucional. Controle de constitucionalidade. Teoria dos direitos fundamentais. Globalização e crise dos paradigmas constitucionais.

Referências

- BONAVIDES, Paulo: **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros.
- BULOS, Uadi Lanmêgo: **Curso de direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes: **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. Coimbra; Livraria Almedina.
- BRANCO, Paulo G. Gonet; COELHO, Inocêncio Mártires; MENDES, Gilmar Ferreira: **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva.
- MIRANDA, Jorge: **Teoria do Estado e da Constituição**. Rio de Janeiro: Forense.
- MORAES, Alexandre de: **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas.

DIR01021 - TEORIA DO ESTADO

Ementa

Conceito e contextualização histórica. Concepções de Estado. Elementos. Direito e Burocracia. Limitação do Poder: Constitucionalismo, Federalismo e Separação dos poderes. Regimes de governo. Da Organização do Estado e dos poderes a ele inerentes.

Referências

- ARENDDT, Hannah: **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- DALLARI, Dalmo de Abreu: **Elementos de Teoria geral do estado**. São Paulo: Saraiva.
- GIDDENS, Anthony: **O Estado-Nação e a violência**. São Paulo: EDUSP.
- GUSMÃO, Hugo César A. de. **Direito Moderno: uma crítica histórico-política**. Campina Grande: EDUEPB.
- WEBER, Max: **Economia e Sociedade**. Brasília: EDUNB.

Complementar Eletivo

DIR01015 - BIOÉTICA

Ementa

Da bioética ao biodireito: origem, conceitos e princípios. Ética em pesquisa: comitês de ética em pesquisas em seres humanos. O descompasso entre os avanços científicos e o ordenamento jurídico. Bioética temática, filosófica e histórica. Temas bioéticos. Os direitos de personalidade. Conflitos morais e bioética. Um caso de biodireito: transplantes de órgãos humanos.

Referências

- CATÃO, Marconi do Ó. **Biodireito: transplantes de órgãos humanos e direitos de personalidade**. São Paulo: Madras.
- CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Revista Bioética**. Brasília: Conselho Federal de Medicina (publicação semestral).
- COSTA, Sérgio Ibiapina Ferreira; OSELKA, Gabriel; GARRAFA, Volnei (Coords). **Iniciação à Bioética**. Brasília: Conselho Federal de Medicina.
- DINIZ, Débora. **Conflitos morais e bioética**. Brasília: Ed. Letras Livres.
- SANTOS, Maria Celeste Cordeiro dos. **Equilíbrio de um pêndulo: bioética e a lei...** São Paulo: Ícone.

DIR01016 - CRIMINOLOGIA

Ementa

Histórico, cientificidade e relações com outras ciências. O ser humano, a sociedade e o crime. Agressividade humana e biotipologia criminal. Causas institucionais, fatores exógenos e sociais, e prevenção da criminalidade. A relação entre criminoso-vítima. Tipos de vítimas e de criminosos e suas classificações. Política criminal. Reincidência, repressão e terapêutica criminal.

Referências

ALVES, Roque de Brito. **Ciência criminal**. Rio de Janeiro: Forense.
DRAPKIN, Israel. **Manual de Criminologia**. Trad. Ester Kosovski. São Paulo: Bushatsky.
FERNANDES, Newton. **Criminologia integrada**. São Paulo: Revistas dos Tribunais.
OLIVEIRA, Frederico Abrahão de. **Vítima e criminoso**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

DIR01017 - DIREITO AGRÁRIO

Ementa

Teoria geral do Direito Agrário. A reforma agrária e os movimentos sociais. Política Agrícola e Agro Negócio. Função social e Desapropriação da propriedade rural para fins de reforma agrária. Contratos Agrários. O imóvel rural.

Referências

BARROS, Wellington Pacheco: **Curso de Direito Agrário, Volume 1 – doutrina e exercícios**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
MARQUES, Benedito Ferreira: **Direito agrário brasileiro**. São Paulo: Atlas.
OPTIZ, Sílvia C. B: **Curso completo de direito agrário**. São Paulo: Saraiva.
PAULSEN, Leandro et al: **Desapropriação e reforma agrária**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
PASSOS, Cristiane Lisita e Barroso, Lucas Abreu: **Direito agrário contemporâneo**. Belo Horizonte: Del Rey.

DIR01087 - DIREITO DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

Ementa

Direitos Fundamentais. Medidas de proteção. Política de atendimento. Acesso à Justiça. Políticas Preventivas quanto à Criança e adolescente. Da prática do ato infracional. Medidas pertinentes aos pais ou responsável. Conselho Tutelar. Dos crimes e das infrações administrativas. Dos Direitosdo idoso.

Referências

- BARLETTA, F. R. **Direito à saúde da pessoa idosa**. São Paulo: Saraiva.
- BRAGA, P. M. V. **Direitos do idoso**. São Paulo: Quartier Latin.
- DEL-CAMPO, Eduardo Roberto Alcântara; OLIVEIRA, Thales Cezar de: **Estatuto da criança e do Adolescente**. São Paulo: Atlas.
- ISHIDA, Valter Kenji: **Estatuto da Criança e do Adolescente: Doutrina e Jurisprudência**. São Paulo: Atlas.
- SANTOS, S. M. A. **Idosos, família e cultura**. São Paulo: Saraiva.
- TAVARES, José de Farias: **Comentários ao Estatuto da criança e do Adolescente**. Rio de Janeiro: Forense.

DIR01086 - DIREITO DA INTEGRAÇÃO

Ementa

Integração regional: considerações gerais. Soberania e flexibilização. Globalização? Integração econômica. Direito comunitário e União europeia. Integração econômica na América do Sul. MERCOSUL: histórico; tratados institutivos; protocolos; pactos; solução de controvérsias; arbitragem; relação com os demais blocos e perspectivas. Outros blocos econômicos.

Referências

- ACCIOLY, Elizabeth. **Mercosul e União Europeia: estrutura jurídico institucional**. Curitiba: Juruá.
- BAPTISTA, Luiz Olavo. **O Mercosul, suas instituições e ordenamento jurídico**. São Paulo, LTr.
- CASELLA, Paulo Borba. **Mercosul: exigências e perspectivas**. São Paulo: LTr.
- CAMPOS, João Mota de. **Direito Comunitário**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

QUADROS, Fausto de. **Direito das comunidades europeias e direito internacional público**. Lisboa: Almedina.

VENTURA, Deisy. **A Ordem Jurídica do Mercosul**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

DIR01088 - DIREITO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Ementa

Direito e Internet. Responsabilidade civil na internet. Documento digital. Certificação. Processo eletrônico. Tecnologia e criminalidade. Privacidade em meios eletrônicos.

Referências

MARQUES, Garcia, Martins, Lourenço. **Direito da Informática**. Coimbra. Almedina.

ALMEIDA FILHO, Jose Carlos Araújo. **Processo Eletrônico e Teoria Geral do Processo Eletrônico**. Rio de Janeiro: Forense.

VASCONCELOS, Fernando Antônio de. *Internet: Responsabilidade dos Provedores pelos danos praticados*. Curitiba: Juruá.

VIANNA, Túlio. **Transparência pública, opacidade privada**. Rio de Janeiro: Renovar.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34.

DIR01089 - DIREITO ECONÔMICO

Ementa

Estudos das estruturas de Mercado: tutela da livre concorrência, legislação das agências reguladoras, proteção ao consumidor, legislação *anti-trust* e outros textos normativos voltados à regulação de mercado. Órgãos encarregados da fiscalização do comportamento das empresas no mercado (CADE).

Referências

CAMARGO, Ricardo Antônio Lucas: **Breve Introdução ao Direito Econômico**. Porto Alegre: Fabris.

FONSECA, João Bosco Leopoldino da Fonseca: **Direito Econômico**. Rio de Janeiro: Forense.

GRAU, Eros Roberto: **A Ordem Econômica na Constituição de 1988**. São Paulo: Malheiros.

SOUZA, Washington Peluso Albino de: **Primeiras Linhas de Direito Econômico**. São Paulo: LTr.

DIR01090 - DIREITO ELEITORAL

Ementa

Histórico, conceito e fontes. Princípios específicos. Da organização da Justiça eleitoral. Dos sistemas eleitorais. Da elegibilidade e da inelegibilidade. Do registro de candidatura. Da propaganda eleitoral. Da votação, apuração e diplomação. Das ações judiciais eleitorais. Dos crimes eleitorais. Dos recursos eleitorais.

Referências

CÂNDIDO, Joel José: **Direito Eleitoral brasileiro**. Bauru: Edipro.

COSTA, Adriano Soares da: **Instituições de Direito Eleitoral**. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*.

PINTO, Djalma: **Direito eleitoral: improbidade administrativa e responsabilidade fiscal**. São Paulo: Atlas.

RAMAYANA, Marcos. **Direito eleitoral**. Niterói: Impetus.

DIR01095 - DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL MILITAR

Ementa

Origem da Justiça Militar. Normas constitucionais. Parte Geral e Especial do Código Penal Militar. Polícia Judiciária Militar. Controle externo da atividade policial pelo Ministério Público. Normas processuais.

Referências

ASSIS, Jorge César de. **Comentários ao código penal militar (parte geral e especial)**. Curitiba, Juruá Editora.

_____, NEVES, Cícero Robson Coimbra e CUNHA, Fernando Luiz. **Lições de Direito para a atividade das Polícias Militares e das forças Armadas**. Juruá Editora.

ASSUMPÇÃO, Roberto Mena Barreto de. **Direito penal e processual penal militar: teoria essencial do crime, doutrina e jurisprudência militar da união**. Rio de Janeiro: Editora Destaque.

FERREIRA, Célio Lobão. **Direito Penal Militar**. Brasília: Brasília Jurídica.

FREITAS, Gilberto Passos de, & FREITAS, Vladimir Passos de. **Abuso de autoridade**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

ROMEIRO, Jorge Alberto. **Curso de direito penal militar(parte geral)**. São Paulo, Saraiva.

DIR01096 - DIREITO PENITENCIÁRIO

Ementa

Perspectivas históricas, sociais e filosóficas. Conceitos e princípios. Sistema penitenciário. Lei de Execuções Penais. O preso: assistência, trabalho, direitos e deveres. Regimes de cumprimento das penas. Estabelecimentos penais. Medidas de segurança. Livramento condicional. Suspensão condicional da pena. Perdão Constitucional.

Referências

Albergaria, Jason. **Manual do Direito Penitenciário**. Rio de Janeiro: Aide.

Busato, Paulo César (org.). **Ler Beccaria hoje**. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

Foucault, Michel. **Vigiar e Punir**. Tradução Lígia M. Ponde Vassalto. Petrópolis: Vozes.

Mirabete, Julio Fabbrini. **Execução Penal**. São Paulo: Atlas.

Goffman, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Editora Perspectiva.

Miotto, Armida Bergamini. **Temas penitenciários**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

DIR01097 - DIREITO REGISTRAL

Ementa

O Ato Registral. Princípios Informadores. Livros. Dúvida. Títulos Sujeitos ao Registro. Retificação do Registro. Retificação da Área. Declaração de Indisponibilidade de Bens. Processo de Dúvida. Responsabilidade Civil do Notário.

Referências

BALBINO FILHO, Nicolau. **Registro de Imóveis: Doutrina, Prática e Jurisprudência**. São Paulo: Saraiva

BALBINO FILHO, Nicolau. **Averbações e Cancelamentos no Registro de Imóveis**. São Paulo: Saraiva

CENEVIVA, Walter. **Lei dos Registros Públicos Comentada**. São Paulo: Saraiva
CENEVIVA, Walter. **Lei dos Notários e dos Registradores Comentada**. São Paulo: Saraiva
PAIVA, João Pedro Lamana. **Procedimento de Dúvida no Registro de Imóveis**. São Paulo: Saraiva.

DIR01098 - DIREITOS HUMANOS

Ementa

A contextualização histórica dos Direitos Humanos. O processo de internacionalização dos Direitos Humanos. A força normativa das Declarações, Convenções, Pactos, Tratados e Cortes Internacionais no âmbito dos Direitos Humanos. Os Direitos Humanos como construção de uma cidadania revelada pelo direito a ter direitos. Os Direitos Humanos e a justiça brasileira. A Bioética e os Direitos Humanos.

Referências

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros.
COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva.
LAFER, Celso. **A reconstrução dos Direitos Humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt**. São Paulo: Companhia das Letras.
PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Justiça Internacional**. São Paulo: Saraiva.
SOARES, Mário Lúcio Quintão. **Direitos Fundamentais e Direito Comunitário: por uma metódica de Direitos Fundamentais aplicada às normas comunitárias**. Belo Horizonte: Del Rey.
TORRES, Ricardo Lobo (org.); MELLO, Celso de Albuquerque; AMARAL, Gustavo; et al. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Renovar.

DIR01100 - EDUCAÇÃO FISCAL

Ementa

Educação Fiscal e coesão social. A cidadania fiscal e o preparo para o seu exercício. Valores, princípios e normas relativas à Educação Fiscal e participação ativa na formulação, implementação e avaliação de programas, projetos, atividades e ações

relativas à educação fiscal e financeira. A função socioeconômica do tributo. A tomada de decisão. O espelho fiscal e o espelho social. Educação fiscal e financeira para a coesão social.

Referências

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Educação Fiscal no Contexto Social**. Escola de Administração Fazendária. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNED. Brasília: ESAF, Caderno 1.

NERLING, M. **A Educação Fiscal “Sefaz” na Cidade Constitucional**.

RIVILLAS, Borja Diaz, PÉREZ, Ángeles Fernández. **Educación Fiscal y Cohesión Social – Experiências de América Latina**. Madrid: Instituto de Estudios Fiscales.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um Discurso Sobre As Ciências**. Porto: Afrontamento.

DIR01101 - LEGISLAÇÃO PENAL ESPECÍFICA

Ementa

Abuso de Autoridade. Crimes Hediondos. Crimes contra a Ordem Econômica. Crimes contra a ordem Tributária. Crimes contra Idosos. Crimes Contra as Relações de Consumo. Crimes de Lavagem de Dinheiro. Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional. Crimes contra o Meio Ambiente. Crime Organizado. Crimes de Trânsito. Estatuto do Desarmamento. Lei de Drogas. Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Referências

ANDREUCCI, Ricardo Antonio. **Legislação Penal Especial**. São Paulo: Saraiva.

CAPEZ, Fernando. **Legislação Penal Especial**. São Paulo: Saraiva. V.4

MORAES, Alexandre; SMANIO, Gianpaolo Poggio. **Legislação Penal Especial**. São Paulo: Atlas.

DIR01102 - PROPRIEDADE INTELECTUAL

Ementa

Direitos Intelectuais. Convenções Internacionais e normas de direito interno. Histórico dos direitos autorais. Introdução ao direito autoral. Direitos Conexos. Sanções. Direito autoral e tecnologia. Copyleft. Software e normas de domínio.

Cultivares e Patentes de Biotecnologia. Processo administrativo junto ao INPI.

Referências

ABRÃO, Eliane Y: **Direitos de autor e direitos conexos**. São Paulo: editora do Brasil.

CABRAL, Plínio: **A nova lei dos direitos autorais – comentários**. São Paulo: Harbra.

GANDELMAN, Henrique: **De Gutemberg à internet: direitos autorais na era digital**.

SCUDELER, Marcelo Augusto. **Do Direito das Marcas e da Propriedade Industrial**. Campinas. Servanda.

15. REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

CARVALHO, Milton Paulo de. **O bacharel que se pretende formar: adequação do curso aos objetivos profissionais** in OAB Ensino Jurídico – Formação jurídica e inserção profissional. Brasília: OAB Conselho Federal, 2003.

DAMIÃO, Regina Toledo: **Ensinar direito o direito in O futuro da universidade e os cursos de direito: novos caminhos para a formação profissional**. Brasília: OAB, 2003.

DECRETO Nº 71.022 de 25 de agosto de 1972 – Concede Reconhecimento à Faculdade de Direito de Campina Grande, Estado da Paraíba.

DOSSE, F. **O império do sentido: a humanização das ciências sociais**. Trad. Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 2003.

GADOTTI, Moacir, ROMÃO, José E. (orgs.). **Autonomia da Escola: Princípios e Propostas**. São Paulo: Cortez, 1997.

MACHADO, Rubens Approbato. **Formação jurídica e inserção profissional: “Ensino do Direito e acesso às profissões jurídicas: uma conexão necessária”**. Brasília: Conselho Federal da OAB, 2003.

MORIN, E. **Saberes globais e saberes locais. O olhar interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

PADILHA, Paulo Roberto: **Planejamento dialógico: como construir o Projeto Político Pedagógico**. Instituto Paulo Freire: Guia da Escola Cidadã. São Paulo: Cortez Ed., 2002.

RESOLUÇÃO/CNE/CES/Nº9/2004 – que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências.

RESOLUÇÃO/CNE/CES/Nº2/2007 – que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

RESOLUÇÃO/UEPB/CONSEPE/068/2015 – aprova o regimento dos cursos de graduação e dá outras providências.

RODRIGUES, Horácio Wanderley: **Ensino Jurídico e Direito Alternativo**. São Paulo: Ed. Acadêmica, 1993.

_____. **O Direito errado que se conhece e ensina: a crise do paradigma epistemológico na área do Direito e seu ensino** *in* A crise do conhecimento jurídico – Perspectivas e tendências do Direito contemporâneo. Brasília: OAB, 2004.

WOLKMER, Antônio Carlos: **Mudanças de paradigmas e ressurgimento do pluralismo no Direito**. Brasília: OAB, 2004.

16. CORPO DOCENTE

NOME: ADRIANA TORRES ALVES

Admissão: 01/08/2007

Status: Em atividade

Cargo: Professor Doutor A DE

Lotação: Departamento de Direito Privado - CCJ

Graduado em DIREITO na UFPB no ano de 2003,

Mestrado em PSICOLOGIA na UFPB no ano de 2005,

Doutorado em DIREITO DAS CIDADES na UERJ no ano de 2015

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4537719D7>

Pesquisa: Não **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:**

NOME: ALEXANDRE HENRIQUE SALEMA FERREIRA

Admissão: 15/03/2004

Status: Em atividade

Cargo: Professor Doutor A T40

Lotação: Departamento de Direito Público - CCJ

Graduado em Direito na UEPB no ano de 2002,

Especialização em Auditoria Fiscal Contábil na UFPB no ano de 2001,

Mestrado em Ciências da Sociedade na UEPB no ano de 2006,

Doutorado em DIREITO na UFPE no ano de 2013

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4730588D4>

Pesquisa: Sim **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:**

NOME: AMILTON DE FRANCA

Admissão: 01/06/2002

Status: Em atividade

Cargo: Professor Mestre D T40

Lotação: Departamento de Direito Público - CCJ

Graduado em Direito na UFC no ano de 1982,

Mestrado em SOCIOLOGIA RURAL na UFPB no ano de 1992

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4727398Y7>

Pesquisa: Não **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:** Sim

NOME: ANA ALICE RAMOS TEJO SALGADO**Admissão:** 15/03/2004 **Status:** Em atividade**Cargo:** Professor Mestre D T40**Lotação:** Departamento de Direito Público - CCJ**Graduado em** Direito na UEPB no ano de 1998,**Doutorado em** DIREITO na UERJ no ano de 2016**Lattes:****Pesquisa:** Sim **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:** Sim**NOME:** ANDREA DE LACERDA GOMES**Admissão:** 23/03/2004 **Status:** Em atividade**Cargo:** Professor Doutor A DE**Lotação:** Departamento de Direito Privado - CCJ**Graduado em** Direito na UEPB no ano de 1998,**Mestrado em** Ciências da Sociedade na UEPB no ano de 2003,**Doutorado em** DIREITO na UERJ no ano de 2015**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/5305071617615809>**Pesquisa:** Sim **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:** Sim**NOME:** ANTONIO SILVEIRA NETO**Admissão:** 15/03/2004 **Status:** Em atividade**Cargo:** Professor Mestre D T20**Lotação:** Departamento de Direito Público - CCJ**Graduado em** DIREITO na UEPB no ano de 1995,**Especialização em** DIREITO PROCESSUAL CIVIL na UEPB no ano de 2001,**Mestrado em** CIÊNCIAS DAS SOCIEDADE na UFPB no ano de 2004**Lattes:** <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4772854D8>**Pesquisa:** Não **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:**

NOME: AURECI GONZAGA FARIAS**Admissão:** 01/06/2002**Status:** Em atividade**Cargo:** Professor Doutor A T40**Lotação:** Departamento de Direito Público - CCJ**Graduado em** Direito na UEPB no ano de 1995,**Especialização em** DIREITO CIVIL na UEPB no ano de 1997,**Mestrado em** CIÊNCIAS DA SOCIEDADE na UEPB no ano de 2001,**Doutorado em** DIREITO na USAL - UNIVERSIDAD DE SALAMANCA no ano de 2012**Lattes:** <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4771714P7>**Pesquisa:** Sim **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:****NOME:** CYNARA DE BARROS COSTA**Admissão:** 12/05/2014**Status:** Em atividade**Cargo:** Professor Mestre A T40**Lotação:** Departamento de Direito Público - CCJ**Graduado em** Direito na UFPE no ano de 2008,**Mestrado em** DIREITO na UFPE no ano de 2011,**Doutorado em** DIREITO na UFPE no ano de 2016**Lattes:** <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4245320Y2>**Pesquisa:** Sim **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:****NOME:** DIEGO CABRAL MIRANDA**Admissão:** 20/01/2016**Status:** Em atividade**Cargo:** Professor Substituto**Lotação:** Departamento de Direito Público - CCJ**Graduado em** DIREITO na UNIPÊ no ano de 2011,**Mestrado em** DIREITO na UNICAP no ano de 2016**Lattes:** <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4366733A7>**Pesquisa:** Não **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:**

NOME: EDJA ANDREINNA CAVALCANTE PEREIRA

Admissão: 20/01/2016

Status: Exonerado

Cargo: Professor Substituto

Lotação: Departamento de Direito Público - CCJ

Graduado em DIREITO na UEPB no ano de 2005,

Especialização em DIREITO PROCESSUAL na UNAMA no ano de 2008

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4403631D9>

Pesquisa: Não **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:**

NOME: EDNALDO DA COSTA AGRA

Admissão: 06/04/1983

Status: Em atividade

Cargo: Professor Graduado (Especialista) D DE

Lotação: Departamento de Direito Público - CCJ

Graduado em DIREITO na FURNE no ano de 1974,

Especialização em FINANÇAS PÚBLICAS na UFPB no ano de 1981

Lattes:

Pesquisa: Não **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:** Sim

NOME: ELIS FORMIGA LUCENA

Admissão: 20/01/2016

Status: Em atividade

Cargo: Professor Substituto

Lotação: Departamento de Direito Público - CCJ

Graduado em Direito na UEPB no ano de 2011,

Especialização em PROCESSO CIVIL na UNINTER no ano de 2013,

Mestrado em DESENVOLVIMENTO REGIONAL na UEPB no ano de 2015

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4347006P3>

Pesquisa: Não **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:**

NOME: FABIO JOSE DE OLIVEIRA ARAUJO

Admissão: 15/03/2004

Status: Em atividade

Cargo: Professor Mestre A T40

Lotação: Departamento de Direito Público - CCJ

Graduado em Direito na UEPB no ano de 1996,

Especialização em PROCESSUAL CIVIL na UEPB no ano de 2001

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4718295H7>

Pesquisa: Não **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:**

NOME: FABIO SEVERIANO DO NASCIMENTO

Admissão: 17/02/2005

Status: Em atividade

Cargo: Professor Doutor A T40

Lotação: Departamento de Direito Público - CCJ

Graduado em Direito na UEPB no ano de 1999,

Especialização em PROCESSUAL CIVIL na UEPB no ano de 2003,

Mestrado em CIÊNCIAS DA SOCIEDADE na UEPB no ano de 2007,

Doutorado em DIREITO DAS CIDADES na UERJ no ano de 2015

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4744507A7>

Pesquisa: Sim **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:**

NOME: FELIX ARAÚJO NETO

Admissão: 26/04/2012

Status: Em atividade

Cargo: Professor Doutor B T40

Lotação: Departamento de Direito Público - CCJ

Graduado em DIREITO na UEPB no ano de 2002,

Mestrado em DIREITO PENAL E POLÍTICA CRIMINAL na UNIVERSIDAD DE GRANADA no ano de 2005,

Doutorado em DIREITO PENAL E POLÍTICA CRIMINAL na UNIVERSIDAD DE GRANADA no ano de 2009

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4751952A0>

Pesquisa: Sim **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:**

NOME: FLAVIA DE PAIVA MEDEIROS DE OLIVEIRA

Admissão: 01/06/2002

Status: Em atividade

Cargo: Professor Doutor C T40

Lotação: Departamento de Direito Privado - CCJ

Graduado em Direito na UEPB no ano de 1999,

Mestrado em DIREITO na UFC no ano de 2001,

Doutorado em DIREITO na UV - Universidad de Valencia no ano de 2005

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4771157A6>

Pesquisa: Sim **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:** Sim

NOME: FRANCISCO LEITE DUARTE

Admissão: 15/10/2013

Status: Em atividade

Cargo: Professor Mestre A T40

Lotação: Departamento de Direito Privado - CCJ

Graduado em Direito na UFPB no ano de 1987,

Mestrado em DIREITO na UFPB no ano de 2003

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4447331Y4>

Pesquisa: Sim **Extensão:** Sim **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:**

NOME: GISELLE PADILHA VILLAR BARRETO CADÉ

Admissão: 04/07/2016

Status: Em atividade

Cargo: Professor Substituto

Lotação: Departamento de Direito Público - CCJ

Graduado em Direito na UEPB no ano de 2004,

Especialização em CIÊNCIAS CRIMINAIS na UNAMA no ano de 2008

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4296559J1>

Pesquisa: Não **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:**

NOME: GLAUBER SALOMÃO LEITE**Admissão:** 24/04/2012**Status:** Em atividade**Cargo:** Professor Doutor B T40**Lotação:** Departamento de Direito Privado - CCJ**Graduado em DIREITO** na UNICAP no ano de 1996,**Mestrado em DIREITO** na PUC - SP no ano de 2001,**Doutorado em DIREITO** na PUC - SP no ano de 2007**Lattes:** <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4447331Y4>**Pesquisa:** Sim **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:****NOME:** HARRISON ALEXANDRE TARGINO**Admissão:** 01/02/1989**Status:** Em atividade**Cargo:** Professor Titular**Lotação:** Departamento de Direito Público - CCJ**Graduado em Direito** na URNE no ano de 1986,**Mestrado em DIREITO** na PUC - SP no ano de 1996**Lattes:** <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4709948P9>**Pesquisa:** Não **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:****NOME:** HERBERT DOUGLAS TARGINO**Admissão:** 01/03/1983**Status:** Em atividade**Cargo:** Professor Mestre D T40**Lotação:** Departamento de Direito Público - CCJ**Graduado em DIREITO** na URNE no ano de 1984,**Doutorado em DIREITO** na Universidad de Córdoba no ano de 2000**Lattes:****Pesquisa:** Não **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:**

NOME: HUGO CESAR ARAUJO DE GUSMAO

Admissão: 01/06/2002

Status: Em atividade

Cargo: Professor Doutor D DE

Lotação: Departamento de Direito Público - CCJ

Graduado em Direito na UEPB no ano de 1998,

Mestrado em CIÊNCIAS DA SOCIEDADE na UEPB no ano de 2001,

Doutorado em DERECHO CONSTITUCIONAL EUROPEO na UNIVERSIDAD DE GRANADA no ano de 2008

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4771265Z5>

Pesquisa: Sim **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:**

NOME: JAIME CLEMENTINO DE ARAUJO

Admissão: 12/05/1992

Status: Em atividade

Cargo: Professor Graduado (Especialista) D T40

Lotação: Departamento de Direito Público - CCJ

Graduado em DIREITO na FURNE no ano de 1980,

Especialização em ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA na FURNE no ano de 1981

Lattes:

Pesquisa: Não **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:**

NOME: JOSE CAVALCANTI DOS SANTOS

Admissão: 16/03/2004

Status: Em atividade

Cargo: Professor Mestre C T40

Lotação: Departamento de Direito Privado - CCJ

Graduado em DIREITO na UEPB no ano de 1994,

Especialização em PERITO CRIMINAL na ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL no ano de 1988,

Mestrado em DIREITO na UFPB no ano de 1998

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4262075Y5>

Pesquisa: Não **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:**

NOME: JUBEVAN CALDAS DE SOUSA

Admissão: 25/01/2016

Status: Em atividade

Cargo: Professor Substituto

Lotação: Departamento de Direito Privado - CCJ

Graduado em DIREITO na UEPB no ano de 2000,

Especialização em DIREITO TRIBUTÁRIO na CEU - CENTRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA no ano de 2006

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3904873539637386>

Pesquisa: Não **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:**

NOME: LAPLACE GUEDES ALCOFORADO DE CARVALHO

Admissão: 15/03/2004

Status: Em atividade

Cargo: Professor Graduado (Especialista) C DE

Lotação: Departamento de Direito Público - CCJ

Graduado em DIREITO na FDO no ano de 1994,

Especialização em DIREITO PROCESSUAL CIVIL na FDO no ano de 2002

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4164382H6>

Pesquisa: Não **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:**

NOME: LUCIANO DO NASCIMENTO SILVA

Admissão: 06/08/2012

Status: Em atividade

Cargo: Professor Doutor B DE

Lotação: Departamento de Direito Privado - CCJ

Graduado em DIREITO na USP no ano de 1998,

Mestrado em DIREITO PENAL na USP no ano de 2003,

Doutorado em DIREITO na FDUC - FACULDADE DE DIREITO DA

UNIVERSIDADE DE COIMBRA no ano de 2007

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4772876A7>

Pesquisa: Sim **Extensão:** Sim **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:**

NOME: LUCILA GABRIELLA MACIEL CARNEIRO VILHENA

Admissão: 05/05/2014

Status: Em atividade

Cargo: Professor Mestre A T40

Lotação: Centro de Ciências Jurídicas

Graduado em DIREITO na UNIVERSIDADE DE COIMBRA no ano de 2007,

Mestrado em DIREITO CIVIL na UNIVERSIDADE DE COIMBRA no ano de 2009

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4459120H9>

Pesquisa: Não **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:**

NOME: LUCIRA FREIRE MONTEIRO

Admissão: 01/06/2002

Status: Em atividade

Cargo: Professor Mestre D DE

Lotação: Departamento de Direito Privado - CCJ

Graduado em DIREITO na UEPB no ano de 1987,

Mestrado em DIREITO na UFPB no ano de 1997

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4766327A9>

Pesquisa: Sim **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:**

NOME: LUDMILA ALBUQUERQUE DOUETTES ARAUJO

Admissão: 30/09/2013

Status: Em atividade

Cargo: Professor Doutor B T40

Lotação: Departamento de Direito Privado - CCJ

Graduado em Direito na UEPB no ano de 2003,

Especialização em DERECHO DEL CONSUMO na UNIVERSIDAD DE GRANADA no ano de 2006,

Mestrado em DERECHO MERCANTIL na UNIVERSIDAD DE GRANADA no ano de 2007,

Doutorado em DIREITO CIVIL na UNIVERSIDAD DE GRANADA no ano de 2010

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4531474E4>

Pesquisa: Não **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:** Sim

NOME: MARCELO D`ANGELO LARA

Admissão: 04/07/2016

Status: Em atividade

Cargo: Professor Substituto

Lotação: Departamento de Direito Público - CCJ

Graduado em Direito na FUMEC no ano de 2007,

Especialização em DIREITO PÚBLICO na FADIPA no ano de 2007,

Mestrado em DIREITO na FACULDADES MILTON CAMPOS no ano de 2012

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4429519A0>

Pesquisa: Não **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:**

NOME: MARCONI DO O CATAO

Admissão: 01/06/1991

Status: Em atividade

Cargo: Professor Doutor D DE

Lotação: Departamento de Direito Privado - CCJ

Graduado em Direito na UEPB no ano de 1985,

Especialização em Medicina Legal na Sociedade Brasileira de Medicina Legal e Associação Médica Brasileira no ano de 1995,

Mestrado em Direito na UFC no ano de 2001,

Doutorado em Direito das Cidades na UERJ no ano de 2015

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4771845U7>

Pesquisa: Sim **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:** Sim

NOME: MARIA CEZILENE ARAÚJO DE MORAIS

Admissão: 03/04/2012

Status: Em atividade

Cargo: Professor Mestre B T40

Lotação: Departamento de Direito Privado - CCJ

Graduado em DIREITO na CESED no ano de 2007,

Mestrado em RELAÇÕES INTERNACIONAIS na UEPB no ano de 2011

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4273874U7>

Pesquisa: Sim **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:** Sim

NOME: MARIA DO SOCORRO BEZERRA AGRA

Admissão: 01/11/1977 **Status:** Em atividade

Cargo: Professor Mestre D T40

Lotação: Departamento de Direito Público - CCJ

Graduado em DIREITO na UEPB no ano de 1993,

Mestrado em DIREITO na UFC no ano de 2000

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4113390U2>

Pesquisa: Não **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:**

NOME: MILENA BARBOSA DE MÉLO

Admissão: 16/08/2013 **Status:** Em atividade

Cargo: Professor Mestre A T20

Lotação: Departamento de Direito Privado - CCJ

Graduado em Direito na UEPB no ano de 2004,

Mestrado em DIREITO COMUNITÁRIO na UC - UNIVERSIDADE DE COIMBRA no ano de 2007

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4212890Z4>

Pesquisa: Sim **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:** Sim

NOME: MÔNICA LÚCIA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE DUARTE MARIZ
NÓBREGA

Admissão: 15/10/2013 **Status:** Em atividade

Cargo: Professor Doutor A T20

Lotação: Departamento de Direito Privado - CCJ

Graduado em DIREITO na UFPB no ano de 1998,

Mestrado em DIREITO na UFPB no ano de 2002,

Doutorado em DERECHO na UNIVERSITAT DE VALENCIA no ano de 2010

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4737024T4>

Pesquisa: Sim **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:**

NOME: NIÂNI GUIMARÃES LIMA DE MEDEIROS

Admissão: 20/01/2016

Status: Em atividade

Cargo: Professor Substituto

Lotação: Departamento de Direito Privado - CCJ

Graduado em Direito na UEPB no ano de 1998,

Especialização em DIREITO PROCESSUAL CIVIL na UEPB no ano de 2005

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4277141Y6>

Pesquisa: Não **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:**

NOME: NOEL CRISOSTOMO OLIVEIRA

Admissão: 23/03/1982

Status: Em atividade

Cargo: Professor Graduado (Especialista) D T40

Lotação: Departamento de Direito Público - CCJ

Graduado em DIREITO na FURNE no ano de 1979,

Especialização em DIREITO CIVIL na FURNE no ano de 1981

Lattes:

Pesquisa: Não **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:**

NOME: OLINDA SAMMARA DE LIMA AGUIAR

Admissão: 25/01/2016

Status: Em atividade

Cargo: Professor Substituto

Lotação: Departamento de Direito Privado - CCJ

Graduado em Direito na UEPB no ano de 1996,

Especialização em DIREITO PROCESSUAL CIVIL na UEPB no ano de 2008

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4278185J8>

Pesquisa: Não **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:**

NOME: PAULLA CHRISTIANNE DA COSTA NEWTON

Admissão: 18/03/2004

Status: Em atividade

Cargo: Professor Doutor C T40

Lotação: Departamento de Direito Público - CCJ

Graduado em Direito na UFPB no ano de 1999,

Mestrado em Ciências Jurídicas na UFPB no ano de 2003,

Doutorado em Derecho del Trabajo e de la Seguridad Social na Universidad de Valencia no ano de 2009

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4775549A6>

Pesquisa: Sim **Extensão:** Sim **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:**

NOME: PAULO ESDRAS MARQUES RAMOS

Admissão: 20/04/2012 **Status:** Em atividade

Cargo: Professor Mestre A T40

Lotação: Centro de Ciências Jurídicas

Graduado em Direito na UEPB no ano de 2006,

Mestrado em CIÊNCIAS DA SOCIEDADE na UEPB no ano de 2006

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4249572H6>

Pesquisa: Sim **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:**

NOME: RAISSA DE LIMA E MELO

Admissão: 15/03/2004 **Status:** Em atividade

Cargo: Professor Mestre D DE

Lotação: Departamento de Direito Privado - CCJ

Graduado em DIREITO na UEPB no ano de 1994,

Mestrado em DIREITO na UFPE no ano de 1999

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4761143D3>

Pesquisa: Não **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:** Sim

NOME: RAYMUNDO JULIANO REGO FEITOSA

Admissão: 27/04/2012 **Status:** Em atividade

Cargo: Professor Doutor A T40

Lotação: Departamento de Direito Público - CCJ

Graduado em Direito na FADICA no ano de 1974,

Mestrado em SOCIOLOGIA na UFPE no ano de 1985,

Doutorado em DIREITO na UAM - UNIVERSIDAD AUTONOMA DE MADRID no ano de 1993

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4781657Z6>

Pesquisa: Sim **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:**

NOME: RENATA OLIVEIRA ALMEIDA MENEZES**Admissão:** 25/01/2016**Status:** Em atividade**Cargo:** Professor Substituto**Lotação:** Departamento de Direito Privado - CCJ**Graduado em** Direito na UEPB no ano de 2008,**Mestrado em** DIREITO na UFPE no ano de 2015,**Doutorado em** DIREITO na UNIVERSIDAD DEL MUSEO SOCIAL ARGENTINO no ano de 2012**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/9603822388762585>**Pesquisa:** Não **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:****NOME:** RODRIGO COSTA FERREIRA**Admissão:** 12/04/2012**Status:** Em atividade**Cargo:** Professor Doutor A T40**Lotação:** Departamento de Direito Privado - CCJ**Graduado em** Direito na UNIPÊ no ano de 2005,**Mestrado em** LÓGICA na UFPB no ano de 2009,**Doutorado em** FILOSOFIA ANALÍTICA na UFPB no ano de 2014**Lattes:** <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4245320Y2>**Pesquisa:** Sim **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:****NOME:** RUSS HOWEL HENRIQUE CESÁRIO**Admissão:** 25/01/2016**Status:** Em atividade**Cargo:** Professor Substituto**Lotação:** Departamento de Direito Público - CCJ**Graduado em** DIREITO na UEPB no ano de 2003,**Especialização em** PROCESSO CIVIL na FACISA no ano de 2008,**Doutorado em** DIREITO na Universidad del Museo Social Argentino no ano de 2013**Lattes:** <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4771155P5>**Pesquisa:** Não **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:**

NOME: SERGIO CABRAL DOS REIS

Admissão: 12/08/2013

Status: Em atividade

Cargo: Professor Mestre A T20

Lotação: Departamento de Direito Privado - CCJ

Graduado em DIREITO na UNIPÊ no ano de 2000,

Especialização em TEORIA CRÍTICA EM DIREITOS HUMANOS E

GLOBALIZAÇÃO na UNIVERSIDADE DE SEVILHA no ano de 2000,

Mestrado em DIREITO PROCESSUAL E CIDADANIA na UNIPAR no ano de 2006

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4189940P0>

Pesquisa: Não **Extensão:** **Bolsa:** Não **Ens. Dist.:** Não **Gestão:**

17. INFRAESTRUTURA

Números de salas de aula: 11

Número de sala de coordenação e secretaria: 2

Número de salas de professores: 1

Número de salas de pesquisa: 1

Salas de informática:

Quantidade de Projetores: 12

Quantidade de Impressoras: 14

Quantidade de computadores do curso: 28

Quantidade de computadores disponível para os alunos: 10

Quantidade de computadores para a biblioteca: 1

Quantidade de computadores para a quadra: 0

Quantidade de computadores para a piscina: 0

Laboratórios:

Não

Clínica Escola:

Não

Núcleo Prática:

Núcleo de Prática Jurídica

Núcleo de Prática Trabalhista

Outros Espaços:

O curso conta com o suporte do Sistema Integrado de Bibliotecas da UEPB SIB/UEPB, que está organizado de modo funcional e operacionalmente interligado através de sistema automatizado, tendo como objetivo a unidade e o consenso nas atividades de gestão, seleção, armazenagem, recuperação e disseminação de informações, bem como para apoio aos programas de ensino, pesquisa e extensão oferecidos pela UEPB. O SIB/UEPB conta, atualmente, com 16 (dezesesseis) bibliotecas que atendem todos os cursos da Instituição, oferecendo os seguintes serviços: consulta e empréstimo de obras, acesso às normas da ABNT, acesso às bases de dados do Portal de Periódicos da CAPES, comutação de materiais

informacionais, acesso à Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, acesso ao Repositório Institucional, consulta ao acervo online, reserva online, além de área climatizada para estudo e pesquisa, entre outros. O sistema de bibliotecas da instituição possui um total¹ de 213.681 exemplares de livros impressos, 26.836 periódicos nacionais e internacionais e 30.881 trabalhos de conclusão de curso de discentes da instituição, entre outros materiais. O acervo geral alcança o número de, aproximadamente, 300.000 obras.